

CAPÍTULO 1:

CONFIGURAÇÃO HISTÓRICA DO SETOR AGRÁRIO BRASILEIRO

*Alan Figueiredo de Oliveira¹, Matheus Anchieta Ramirez², Lúcio Carlos Gonçalves³,
Ranier Chaves Figueiredo⁴, Dalvana dos Santos⁵, Guilherme Lobato Menezes⁶, Frederico
Patrus Ananias de Assis Pires⁶, Tainá Silva Brandão Lopes⁷, Mariana Brito Gomes⁸,
João Vitor Araújo Ananias⁹*

Introdução

A configuração agrária brasileira é resultante do processo histórico de ocupação do território nacional. Neste contexto, ganha relevância discutir as formas de manutenção e ampliação da concentração fundiária pelos setores dominantes da sociedade. Os povos europeus que colonizaram as américas buscavam a conquista de novos territórios e novos produtos para comercialização. No Brasil, guiados pela busca de títulos de poder e nobreza, os portugueses buscaram implementar um modelo produtivo pautado no domínio da posse da terra e da mão-de-obra. Desta forma, foi implementado o modelo de produção de agroexportáveis produzidos em latifúndios e com mão-de-obra escrava, denominado *plantation*.

Este arranjo organizacional foi o início das transformações do meio agrário brasileiro que resultou na sociedade atual. O meio rural brasileiro, ainda hoje, é marcado por uma série de problemas que começaram a ser criados no processo de colonização. A concentração da posse da terra mediada pela ideologia de aquisição de poder e prestígio social ainda está presente na sociedade atual. A concentração da terra impede o pleno cumprimento do papel social desta, com impactos negativos na produção de

¹Médico Veterinário, Mestrando em Produção Animal, Departamento de Zootecnia da Escola de Veterinária da UFMG, Caixa Postal 567, CEP 30123-970, Belo Horizonte, MG. alanfigueiredodeoliveira@yahoo.com.br

² Médico Veterinário, DSc, Prof. Adjunto Departamento de Zootecnia da Escola de Veterinária da UFMG, Caixa Postal 567, CEP 30123-970, Belo Horizonte, MG. matheusarta@yahoo.com.br

³ Engenheiro Agrônomo, DSc, Prof. Adjunto Departamento de Zootecnia da Escola de Veterinária da UFMG, Caixa Postal 567, CEP 30123-970, Belo Horizonte, MG. luciocg@vet.ufmg.br

⁴ Médico Veterinário, MSc, Doutorando em Ciência Animal, Departamento de Tecnologia e Inspeção de Produtos de Origem Animal da Escola de Veterinária da UFMG, Caixa Postal 567, CEP 30123-970, Belo Horizonte, MG.

⁵ Médica Veterinária, MSc, Doutoranda em Nutrição Animal, Departamento de Zootecnia da Escola de Veterinária da UFMG, Caixa Postal 567, CEP 30123-970, Belo Horizonte, MG.

⁶ Médico Veterinário, Mestrando em Nutrição Animal, Departamento de Zootecnia da Escola de Veterinária da UFMG, Caixa Postal 567, CEP 30123-970, Belo Horizonte, MG.

⁷ Médica Veterinária, Mestranda em Produção Animal, Departamento de Zootecnia da Escola de Veterinária da UFMG, Caixa Postal 567, CEP 30123-970, Belo Horizonte, MG.

⁸ Graduanda em Medicina Veterinária, Escola de Veterinária da UFMG, Caixa Postal 567, CEP 30123-970, Belo Horizonte, MG.

⁹ Graduando em Medicina Veterinária, Escola de Veterinária da FUNORTE, CEP 39404-006, Montes Claros, MG.

alimentos para o abastecimento do mercado interno, produção de matéria-prima e geração de empregos.

Pretende-se, em breve passagem pela história do país, demonstrar os mecanismos e eventos de manipulação do Estado pelas elites brasileiras, fenômeno que marca a sociedade brasileira desde o início do processo de colonização. Como o controle das políticas do meio rural atuou e continua atuando visando a manutenção de poder e a busca de benefícios para a elite brasileira. Como resultado deste quadro 25% da população que vive no campo pode ser considerada pobre, somando aproximadamente 7,6 milhões de miseráveis no campo (MDA, 2015).

Como resultado deste processo de ampliação das desigualdades no meio rural forjou-se a atual dicotomia ideológica acerca das funções sociais da agricultura familiar e da agricultura patronal. A agricultura patronal, identificada como Agronegócio, apresenta alto nível de tecnificação e de investimento. A agricultura familiar apresenta baixo nível tecnológico, baixa capitalização e é reconhecida como atrasada e passível de transformação.

A análise superficial deste contexto gera a falsa interpretação de baixa capacidade produtiva da agricultura familiar e de estar fadada a miséria e ao desaparecimento. Porém, esta análise desconsidera os acontecimentos históricos em que a pequena propriedade, representada pela agricultura familiar, não recebeu os benefícios oferecidos ao agronegócio.

Assim a agricultura familiar taxada como ineficiente ocupa 24% da área total e produz 76% dos alimentos básicos consumidos pelos brasileiros (IBGE, 2008). O grau de utilização da terra e a oferta de empregos são maiores nas pequenas propriedades, isso se deve à necessidade de exploração de todas as áreas da propriedade devido à limitação de área para produção. A agricultura patronal, na maioria das vezes, apresenta subutilização da terra, o aumento da produção se dá principalmente pela ampliação da área e a produtividade cresce de forma muito lenta (IBGE, 2008).

Além disso, os setores elitizados da sociedade que criticam a intervenção do Estado são os que exigem e se beneficiam por meio da manipulação e apropriação dos subsídios ofertados por ele (Martine, 1991).

O modelo político neoliberal implementado a partir da década de 1990 de abertura de mercado e não interferência na economia possibilitou que os produtores brasileiros melhorassem a eficiência na alocação de recursos para competição no mercado internacional. Ao mesmo tempo favorecia a exportação de produtos agrícolas vinculados à agricultura patronal, fato que fez com que a agricultura familiar se integrasse a um mercado que favorecia a importação de produtos em condição de

vantagem comparativa². A agropecuária brasileira vem aumentando sua importância na economia nacional e internacional, expressividade calcada na participação da agropecuária no PIB brasileiro.

A perpetuação da pobreza no meio rural e uma das mais violentas lutas pela posse da terra no mundo mostram de forma definitiva a gravidade do problema que atinge o meio rural brasileiro. Ademais, o estado de caos das grandes cidades também é reflexo da formação agrária brasileira. A urbanização desordenada das grandes cidades é fruto de um processo antidemocrático de modernização agrícola. Deste modo, todas as questões sociais, em maior ou menor grau, podem ser atribuídas como consequências da opção em favor da concentração de terras e de recursos no Setor Agrário.

É diante deste quadro que se deve indagar de onde provem o poder atribuído ao Latifúndio? Como a estrutura desigual do meio rural pode ser encoberta, vista como positiva e como riqueza? Quando na verdade é responsável em boa medida pelas mazelas sociais que atingem a sociedade brasileira.

O conhecimento dos fatos expostos acima é fundamental para a elaboração de uma interpretação crítica sobre o estado social, econômico e político atual do Setor Agrário no Brasil. Qualquer profissional que deseja trabalhar no meio rural como promotor de bem-estar social deve procurar transpor esses problemas. Qualquer prática intervencionista no meio rural, da orientação vinculada a assistência técnica à formulação de projetos, fica condicionada ao conhecimento detalhado das estruturas sociais que acolhem as propriedades rurais e permeiam suas relações de mercado. Qualquer ação que desconheça o status atual da agropecuária brasileira está fadada ao insucesso.

Visando aprofundar questões acerca do setor agrário e da organização social no Brasil buscou-se ordenar cronologicamente os principais acontecimentos que determinaram a formação da sociedade brasileira a partir do meio rural.

Ideologia ligada à posse da terra no Brasil

Para entender como o latifúndio contribuiu para a geração de tantos problemas sociais e desequilíbrios na sociedade como instituição social é necessário que se analisem as bases que o sustentaram ao longo dos séculos. Dentre estas, a mais importante refere-se à ideologia que envolve a posse da terra.

²Vantagem comparativa é um termo utilizado para expressar uma série de fatores econômicos, edafoclimáticos e sociais que torna a produção de determinado produto favorável em uma região específica.

A história de ocupação brasileira é fortemente marcada por desigualdade quanto ao acesso e uso da terra. As populações europeias buscavam desenvolver sistemas de ocupação e produção semelhante àqueles vivenciados pela aristocracia nos países Ibéricos. O resultado foi a multiplicação de latifundiários (Linhares e Silva, 1999). Neste quadro, a acumulação de grandes extensões de terras era sinônimo de poder, prestígio, mando e títulos de nobreza. A posse da terra não seria ligada diretamente ao movimento empresarial, produtivo, capitalista, que buscava o lucro proveniente da produção agropecuária, mais sim ao status nobre, de mando e controle das populações.

A semelhança do sistema feudal desenvolvido na Europa entre os séculos IV e XIII, caracterizado pelas grandes propriedades que dominava a mão-de-obra dos servos que viviam nas terras do Senhor Feudal. Assim surge no Brasil um sistema produtivo, mercantilista e que ao mesmo tempo guarda características pré-capitalistas. Se, após o fim do feudalismo com a produção burguesa de produtos manufaturados a maioria da sociedade europeia vivia um cenário de produção capitalista, Espanha e Portugal se aventuravam em viagens marítimas, com economias mercantilistas, de um capitalismo aventureiro (Weber, 2012), pouco afeto a produção. As sociedades Ibéricas passam então por um novo momento em seu desenvolvimento, enquanto o feudalismo se fragmenta, a nobreza decadente se agarra a seus títulos, fazendo aliança com os novos ricos da atividade mercantil. Muda-se a estrutura social, porém com forte conservadorismo da condição de nobreza, como bem exemplifica Cervantes no clássico Dom Quixote.

E são estas pessoas, guiadas por uma mentalidade de nobreza associada a posse da terra, que implanta a mentalidade feudal que determina a posse da terra na sociedade brasileira, daí vem a voracidade de acumulação de terras ligada ao poder político (Linhares e Silva, 1999).

É importante atentar que não houve feudalismo no Brasil (Martins, 1986). Porém, a ocupação inicial do território brasileiro foi marcada por uma mentalidade feudal, que sofreu transformações para compatibilizar o sistema de produção pré-capitalista e o sistema comercial capitalista. Ou seja, um sistema que da porteira para dentro da propriedade não era capitalista, mas sim da porteira para fora.

Neste sistema o controle dos trabalhadores se fazia por meio do trabalho escravo. Utilizado majoritariamente para a produção das culturas de exportação. Porém, a posse de grandes propriedades rurais garantia o controle direto das pessoas pobres desprovidas de terras. Neste momento a dualidade proprietário e sem-terra começa a ganhar sentido organizador na sociedade. Os grandes latifundiários, por meio da monopolização da terra, dominavam a força de trabalho local e obtinham poder político, econômico e militar. Quanto maior a extensão de terras, mais trabalhadores livres e não assalariados estariam sob seu comando. É justamente esta massa livre, mas inquilina

nas grandes fazendas, que gerava a força política, econômica e militar que o latifúndio necessitava para impor sua presença na sociedade. Este poder relacionado a posse da terra levava a redução na competição por poder pelos proprietários forjando a existência de líderes locais, com a formação do chamado Poder Local no Brasil (Prado e Zauli, 2004). Assim, a formação agrária brasileira foi desenvolvida a partir de uma ideologia concentradora, estruturada com base em um sistema político atrasado, personalista e antidemocrático, determinado historicamente e caracterizado pelo latifúndio, conservadorismo social e econômico e mandonismo local.

A ideologia de concentração de poderes ligada à posse da terra era tão marcante que os comerciantes de escravos, mineradores e comerciantes que obtinham grande êxito econômico compravam terras para obter prestígio e ascensão social. Fato ainda recorrente no país, quando parte das grandes fortunas são transformadas em propriedades rurais. A concentração de terra e capital pela elite brasileira possibilitou a dominação e manipulação da força de trabalho e concentração de renda para os proprietários. Os desprovidos da posse da terra tiveram que se submeter à exploração em diferentes formas de trabalho compulsório. (Linhares e Silva, 1999).

Esta formação ideológica permanece no ideário, ainda hoje, da sociedade brasileira. A noção de poder, prestígio e nobreza vinculada à posse da terra faz com que o latifúndio, muitas vezes dissimulado na forma de “Agronegócio”, seja louvado e valorizado pela sociedade.

Tendo em vista esta ideologia de posse da terra analisaremos as políticas adotadas ao longo da formação do país buscando discutir como cada uma delas influencia o quadro agrário nacional.

Sesmarias

A conquista e ocupação do território brasileiro pelos europeus aconteceu em um momento de busca de novas opções de receitas para a sociedade portuguesa³. A metrópole demandava fluxo constante de mercadorias para comercialização no mercado europeu. Não se pode esquecer que Portugal vivia uma industrialização incipiente em meio a revolução industrial. O produto escolhido pelos portugueses para cumprir este papel foi o açúcar, a primeira *commoditie* agroexportável do país. A produção do açúcar tinha uma função acessória, garantir a ocupação do território e a posse do mesmo por Portugal. Neste contexto, surgiu o primeiro sistema de distribuição de terras no Brasil, as sesmarias. Sesmaria era uma lei portuguesa que regulava a posse

³ Contexto no qual é importante observar que a formação dos Estados Unidos se deu por populações expulsas de suas terras pelos Cercamentos, que viviam perseguições religiosas ou políticas e que viram no Novo Mundo uma possibilidade de fundar uma nova nação e não apenas território para exploração e enriquecimento.

e o uso das terras. Assim, a ocupação do território brasileiro partiu da distribuição de 12 capitanias hereditárias. Aos capitaneiros era dada a missão de governar as capitanias e as fazer produtivas. A terra era então cedida por estes em sesmarias para aqueles que se dispunham a cultivá-la. Logicamente estas propriedades eram distribuídas aos “amigos do Rei”, doadas sem custo aos aristocratas portugueses decadentes ou àqueles que haviam se enriquecido em atividades como o comércio ou mineração, de acordo com a vontade do Rei de Portugal.

Adicionalmente, lançaram-se à aventura de colonizar as terras brasileiras, um relevante contingente de europeus que não dispunham de documentos de posse de terras brasileiras concedidos pela coroa. Entretanto, a coroa não se opunha a este movimento uma vez que estes seriam úteis na ocupação das novas terras e na manutenção do modelo de colonização pautado na *plantation*.

Deste modo, os pobres não tiveram acesso à posse legal da terra para alcançar sua reprodução social imediata na colônia, e logo tiveram de se submeter àqueles que receberam as sesmarias para ter acesso à terra e produzir. Este acesso que era concedido como um favor dos capitaneiros, sem que se gerasse qualquer tipo de conflito. Criou-se um sistema em que as relações de trabalho, compra de insumos e venda de produtos passaram a ser centralizadas na Casa Grande. Quanto maior a extensão de terras dos capitaneiros, maior era o número de produtores sem-terra que trabalhavam na propriedade e maior era sua produção e poder econômico.

Ao lado do *plantation*, desenvolvido em grandes latifúndios que produziam monoculturas para exportação com mão-de-obra escrava, existia o sistema secundário de produção, tocado com mão-de-obra familiar com acesso subordinado à terra e com finalidade de produzir alimentos para o mercado interno. Aí está a gênese da Agricultura Familiar e do Agronegócio brasileiro.

Observa-se assim, que desde o princípio da ocupação europeia das terras brasileiras não se observou um projeto de beneficiamento da sociedade que se formava nestas novas fronteiras. Na verdade, os amigos do rei foram beneficiados e os demais portugueses, europeus livres e pobres, os indígenas e os negros escravizados não receberam nenhum tipo de apoio da coroa portuguesa o que ocasionou um sistema colonizador gerador de desigualdades e de condições de vida precárias que não atendiam a reprodução social dessa parcela da população.

Formas de Trabalho Compulsório

Esta sociedade com marcas aristocráticas não valorizava os que necessitavam trabalhar, toda a riqueza gerada pelo trabalho só era chancelada pela nobreza se associada à posse da terra. Desta forma, foi estabelecido uma dicotomia trabalhista na

sociedade da época: de um lado os pobres sem acesso a posse da terra que trabalhavam nas grandes propriedades e os latifundiários que valorizavam o ócio.

As formas de trabalho compulsório implementadas no Brasil podem ser divididas em dois tipos, a escravidão negra e indígena e o sistema de exploração do trabalho em troca de acesso à terra. Por ser menos observada e discutida vamos dar maior ênfase a segunda, sem, no entanto, deixar de lado a importância da escravidão no ordenamento social do país.

As principais formas de trabalho compulsório, associado a posse da terra foram o inquilinato, a parceria e a peonagem por dívidas. A *Encomienda*, muito comum na América Espanhola foi pouco praticada no Brasil. Dentre as formas de trabalho compulsório mais comuns no Brasil o Inquilinato foi caracterizado pela cessão de uma pequena porção de terra ao trabalhador para produção para o sustento de sua família e em contrapartida este deveria servir ao proprietário. No sistema de parceria a terra é cedida a um produtor sem-terra e em troca este repassa parte da sua produção para o proprietário⁴.

Na peonagem por dívidas o fazendeiro fornecia um adiantamento, na forma de capital, insumos para produção, gêneros alimentícios, custeio com transporte. Este adiantamento devia ser pago com trabalho, como ao longo dos anos o trabalhador quase sempre não conseguia quitar sua dívida, devido a novos adiantamentos, este ficava vinculado à grande propriedade, em regime de trabalho servil.

Faz-se notar que estas formas de trabalho compulsório em boa medida ocorriam de forma concomitante. Assim, o inquilino também poderia ser vítima da peonagem por dívida. Esses fatores que agravavam o quadro de dependência da população sem-terra.

Assim, a estrutura da divisão da terra, a organização do trabalho e o poder político foram alvos de reformas com o objetivo de modernização do país. Porém, as reformas realizadas pela aristocracia brasileira só garantiram a permanência da estrutura fundiária da época.

Este quadro de exploração para obtenção do acesso à terra recebe o nome de Cativo da Terra (Martins, 1986). Justamente esta população vítima do Cativo da Terra passa a ser aquela que gera o poder econômico (associado a produção na grande propriedade e ao regime de parceria), político (número de eleitores), militar (braços armados para contendas) e social da grande propriedade. Na verdade, todo o poder

⁴O sistema de parceria mais utilizado foi o de meia. Neste sistema o proprietário cedia a terra para o trabalhador, este por sua vez, arcava com os custos e mão-de-obra da produção. Após a colheita metade da produção era dado ao fazendeiro em troca do fornecimento do acesso à terra.

atribuído ao latifúndio no Brasil deve ser considerado em relação ao seu poder de controlar os trabalhadores livres, mas vítimas do Cativeiro da Terra.

Esta população que passa a viver na dependência das grandes propriedades é composta por mestiços, indígenas, brancos pobres e negros livres, ou seja, todos aqueles que não puderam alcançar a condição legal de proprietários de terras, chamados de vadios, foram responsáveis pelo abastecimento do mercado interno de alimentos no Brasil.

Estes sistemas de produção que associavam o latifúndio e a agricultura familiar, dentro e entre as grandes fazendas, estabelecido desde o princípio do processo de colonização e ocupação das terras influenciou de forma definitiva a configuração atual do meio rural brasileiro. As desigualdades quanto ao acesso e uso das terras e o controle da mão-de-obra são determinantes para os conflitos pela posse da terra que ocorreram ao longo dos séculos e foram fundamentais para o estabelecimento de políticas agrárias para o setor agrário do país.

Reformas liberais do século XIX

Em meados do século XIX, com o avanço da revolução industrial inglesa pautada nos fundamentos capitalistas liberais, a estrutura socioeconômica latino-americana começou a ser criticada. Segundo o pensamento liberal em expansão no mundo, o atraso latino-americano se devia ao conservadorismo católico, a preguiça de uma sociedade que valorizava o ócio, a desconfiança no poder da técnica produtiva e por ser uma herança ibérica (Linhares e Silva, 1999).

Os ideais das reformas liberais do século XIX se materializam em mudanças na política brasileira após a independência. Cinco foram as principais reformas liberais do século XIX, a instituição da guarda nacional, a Lei de Terras, o processo de abolição, o incentivo à imigração estrangeira, e a proclamação da república.

Guarda Nacional

Em 1824, dois anos após a independência, foi criada a Guarda Nacional. Uma vez que o Império, recém independente, não dispunha de um exército oficial e dispunha de fronteiras desprotegidas e almejadas por interesses internacionais, seu objetivo primário era manter a ordem e a defesa em um país continental. Porém, não se pode ignorar sua motivação secundária, manter a unidade nacional, não permitindo que o país fosse fragmentado. Na prática a Guarda Nacional privatizou o poder militar e judiciário a um chefe político local, criando a figura do coronel, dando origem ao período chamado coronelismo. Este novo sistema reforçava o poder local e gerava a capacidade de administração do poder central, frente a um país de grandes dimensões, sem identidade nacional, sem recursos e com uma grande dívida externa contraída no

processo de independência. Com a emergência das classes populares a Guarda Nacional teve o papel de repressão e manutenção da ordem local e do poder do coronel.

No cenário rural apenas haveria um chefe político em cada região. A disputa de poder entre grandes proprietários de terras marca a violência no campo nesta fase do desenvolvimento nacional. Como citado anteriormente o poderio de um proprietário de terras estava diretamente relacionado com o tamanho da propriedade. Assim, os grupos de grandes proprietários passam a se unir, formando as oligarquias. São estas agora que estabelecem o poder local, sendo formadas por grupos de coronéis, apoiados e apoiadores do poder central.

O fortalecimento do poder político local no coronelismo estabelece a política dos governadores. Os coronéis mantinham a organização política local onde o poder central não intervinha, por outro lado toda a estrutura do poder central não contava com oposição.

Abolição da escravatura

A assinatura na Lei Áurea em 1888 colocou o fim oficial a escravidão no Brasil. Porém, o início deste processo se dá com a efetivação da proibição do tráfico de escravos, por volta de 1850. Nos anos posteriores o sistema produtivo brasileiro cultivado por escravos se prepara para que a abolição não lhe traga maiores malefícios e algumas vantagens.

De forma direta a abolição significaria uma vantagem para os fazendeiros uma vez que o alto custo da mão de obra escrava, fazia com que o custo de produção fosse o dobro se comparado ao uso da mão de obra livre e não assalariada (Prado, 1999), vítima do cativo da terra. Assim, a proibição do tráfico negreiro, a lei do ventre livre e a lei do sexagenário podiam ser revestidas por um ideal humanitário, porém, tinham como objetivo real acabar com a escravidão e aumentar os investimentos em tecnologias, principalmente aquelas vindas da Inglaterra. Basicamente os ingleses queriam que os fazendeiros brasileiros poupassem capital e investissem em produtos da sua indústria. Muito devido a isso os grupos abolicionistas mantinham escravos (Prado, 1999), este comportamento de dualidade se devia a pressão que o grupo fazia para que a abolição fosse acompanhada da indenização aos proprietários. O que faria da abolição um excelente negócio para este grupo. Porém, a abolição não gerou as indenizações que os fazendeiros esperavam. Assim, a situação dos escravos libertos se agravou devido à falta de acesso à moradia, alimentação e propriedade, propagando uma grande onda de fome e miséria.

Lei de terras de 1850

O fim da escravidão sinaliza para os fazendeiros a necessidade de novos trabalhadores, agora livres. Mas como obrigar alguém a trabalhar para um grande proprietário com a imensidão de terras que havia no país? As Oligarquias logo se adiantam e criam a Lei de Terras de 1850. Esta tornava a compra a única forma de se obter a propriedade rural e obrigatória a apresentação do título da terra para oficialização de posse. Esta lei possuía a intencionalidade de impedir que qualquer pobre tivesse acesso à terra, tendo de se submeter à grande propriedade. Os proprietários se preparavam para a abolição e a imigração, garantindo que nenhum destes grupos ascenderia a condição de proprietário.

Porém, resguarda-se o direito de posse das propriedades cedidas no sistema de sesmarias. As terras devolutas, aquelas que não tinham seu título de posse emitido, foram destinadas ao estado. A compra passava a ter precedência legal a qualquer forma de posse e uso da terra.

Com a Lei de Terras surge o fenômeno de Grilagem. Este nada mais é que a falsificação de um documento de compra de terras já anteriormente ocupadas por outro indivíduo. Já que quem compra primeiro a propriedade seria seu legítimo dono. Apesar de alguns casos de conflitos entre grandes proprietários a Grilagem se institucionalizou ao longo das décadas, chegando aos dias atuais, como uma forma de violência das grandes propriedades contra pequenos produtores e povos tradicionais. A regularização irregular de terras de posseiros resultou na expropriação de muitas famílias de suas terras. O fenômeno resultante da Lei de Terras é chamado Cativeiro da Terra.

Como resultado esta Lei tornou a posse da terra ainda mais concentrada. Instituiu a máxima histórica do Brasil: “quando a terra era livre (sesmaria), os trabalhadores eram comprados e vendidos, quando os trabalhadores passaram a ser livres a terra se tornou uma mercadoria que podia ser comprada e vendida.

Mais uma vez fazendo um paralelo a história dos Estados Unidos (EUA), deve-se ressaltar que a lei de terras brasileira se diferencia da estadunidense. Em meados do século XIX, a dicotomia entre o norte capitalista dos EUA, com indústrias em desenvolvimento, e o sul latifundiário e escravocrata, redundou na Guerra Civil dos EUA. No bojo destes acontecimentos é criada a Lei de Terras dos Estados Unidos (1862). Esta previa que a posse da terra seria obtida por quem cercasse e tornasse a propriedade produtiva, estabelecendo um tamanho máximo às propriedades. Neste contexto, o estímulo à imigração se deu pelo amplo acesso à terra. Cada imigrante seria um trabalhador, consumidor e produtor de alimentos e matéria-prima. Portanto, os Estados Unidos resolveram seu problema fundiário de forma democrática e garantiram o amplo acesso à terra. Exatamente o oposto do definido pela elite brasileira.

Aparentemente a Lei de Terras no Brasil seria prejudicial aos grandes proprietários. Durante a colônia estes recebiam a terra de graça, cedida na forma de

sesmaria. Agora a posse era associada a compra da terra. Porém, todo recurso arrecadado com esta lei pelo Estado foi revertido no financiamento de imigrantes, para trabalhar nas fazendas ao fim da escravidão. Após o estabelecimento do novo regime de posse da terra, um fazendeiro que comprava terra recebia trabalhadores vinculados a formas de trabalho compulsório.

Imigração

Com a sinalização do fim da escravidão os produtores brasileiros foram estimulados a buscar novas fontes de mão-de-obra para as fazendas. Mesmo com mão-de-obra nacional disponível, houve um incentivo à imigração estrangeira, europeia e japonesa com o objetivo de tornar a população do país branca. Com o recurso da Lei de Terras o governo brasileiro estimulou à imigração estrangeira, com este sistema os imigrantes chegavam gratuitamente para os fazendeiros.

Após a monopolização da posse da terra promovida com a promulgação da Lei de Terras brasileira, os imigrantes não tiveram acesso a posse da terra. Estes foram inseridos em um novo sistema trabalhista de trabalhadores livres, mas não assalariados. Assim o trabalho se daria em troca do acesso à terra. O caso mais conhecido é o Colonato Paulista onde os imigrantes cultivavam os cafezais e podiam plantar para seu próprio consumo nas entrelinhas do café.

Proclamação da república

No final do século XIX o governo imperial se achava em grande desgaste. Entre os setores descontentes havia os militares que foram a guerra do Paraguai e não receberam os prêmios prometidos, a igreja católica que era impedida de combater a maçonaria e um grupo de fazendeiros que eram abolicionistas e republicanos. Os fazendeiros que eram a favor da manutenção dos escravos eram a sustentação do poder imperial.

A abolição foi o estopim da revolta das elites contra a família imperial. Porém, a proclamação da república em 1889 foi realizada por esta elite e não contou com a participação popular. Não ampliou a participação da população, com a concentração política em um presidente militar e a repressão sobre as classes populares aumentou. No campo econômico houve aumento da cobrança de impostos, perda do controle da inflação e aumento da pobreza.

O fim da escravidão, a promulgação da Lei de Terras, o incentivo à imigração e a proclamação da república impuseram uma mudança no domínio dos fatores de produção. Na colônia a força de trabalho era comprada e a terra era cedida gratuitamente, já na república a força de trabalho era cedida e a terra era comprada.

Assim, após as reformas liberais a concentração fundiária e o domínio da força de trabalho foram alterados, com as oligarquias ainda mais fortalecidas.

Convênio de Taubaté

No início do século XX o sistema capitalista mundial mostra sinais de crise. O preço do café, nosso principal agroexportável, cai caracterizando como risco de crise para os cafeicultores, representantes das oligarquias mais fortes do país.

Dessa forma, as terras desgastadas pelo monocultivo de cana-de-açúcar e do café passam a ser abandonadas por proprietários que buscam terras mais férteis. Estas passam a ser ocupadas por produtores pobres, em geral inquilinos que já viviam nestas propriedades. Como reação à perspectiva, que depois se concretiza, de queda do preço do café o governo brasileiro, dominado pelas oligarquias, estabeleceu uma política econômica voltada para os cafeicultores paulistas denominada Convênio de Taubaté, em 1906. Nesta política, o governo brasileiro estabeleceu a compra do café acima do valor de mercado, para manter a lucratividade para os cafeicultores. Com esta política a dívida externa brasileira aumentou e os cafeicultores se enriqueceram ainda mais. A produção de café aumenta, os níveis de estoque ficam tão elevados que é necessário se desfazer do café, seja atirando ao mar ou incinerando.

Aqui se configura um nítido exemplo da apropriação do Estado pelas elites brasileiras. O latifúndio, pautado na monocultura do café, se mostrou completamente vulnerável à crise mundial. Seguindo a lógica capitalista, essas empresas ineficientes deveriam falir ou se reinventar para se manter no mercado. Entretanto, neste momento, as elites nacionais deixam as ideias liberais de lado e se apegam em um Estado interventor e regulador. Diferentemente do pobre, desamparado e onerado em momentos de crise, a elite utilizou dos recursos públicos para se manter no topo da pirâmide socioeconômica. O Estado aplicou considerável montante de recursos e não permitiu a falência deste seletor setor. Neste momento tem-se a nítida revelação da vulnerabilidade que o modelo do latifúndio monocultivador representa em uma economia capitalista e como este setor necessita da intervenção do Estado para se manter viável.

Durante a profunda crise de 1929 a pobreza das classes populares aumentou e foi retratada como causada pela passividade, preguiça, desconfiança na técnica, conservadorismo católico e falta de investimento. Materializada na denúncia de Monteiro Lobato contra a figura do “Jeca Tatu”, causador dos problemas sociais no meio rural brasileiro. Nesta mentalidade a perpetuação da pobreza era uma questão de escolha, que desconsiderou toda a história de distribuição fundiária do país e a violência sofrida pelas classes pobres.

Era Vargas

Em 1930 Getúlio Vargas foi eleito presidente do Brasil pelo Partido Trabalhista Brasileiro - PTB, porém sua eleição contou com os votos do Partido da Social Democrático - PSD que representava as oligarquias rurais. Ou seja, sua subida ao poder não põe de lado as oligarquias.

Mas a marca da Era Vargas foi um plano de desenvolvimento industrial urbano. Momento em que o poder no Brasil deixa de ser rural para se tornar urbano. Com a política implementada pelo Convênio de Taubaté, e mantida por Vargas, tem-se a exigência do novo presidente em reverter o capital acumulado pelas oligarquias rurais em investimentos na atividade industrial urbana. Momento em que, a elite industrial era expressão da elite agrária.

As leis trabalhistas criadas por Vargas foram aplicadas para os trabalhadores urbanos, que representavam 15% da população brasileira. A aristocracia rural não permitiu a extensão das leis trabalhistas para o meio rural, para não aumentar os custos da produção agropecuária. Além disso, a criação de melhores condições de vida no meio urbano foi uma estratégia para estimular o êxodo rural e fornecer mão-de-obra para a indústria. Além de minar o poder da oligarquia, ação dúbia, bem ao gosto dos governos populistas.

Desta maneira, a implantação da indústria foi realizada sem mudanças na estrutura agrária. A única retórica de Vargas sobre o meio rural era a necessidade de produzir alimentos e matéria-prima barata para reduzir os custos da produção industrial.

Quanto à distribuição de terras, a principal ação no meio rural realizada na era Vargas foi a ocupação da região centro-oeste em um movimento denominado "Marcha para o Oeste". Este projeto de colonização consistia na alocação de trabalhadores em pequenas propriedades, com a cobrança de impostos pela ocupação das terras. Após a alocação destas pessoas grandes propriedades foram cedidas ao capital nacional. É bom lembrar que de nada vale a terra sem quem a cultive. Todo o poder do latifúndio diz respeito aqueles que tem de se subordinar a ele. Como não haviam leis trabalhistas para os trabalhadores rurais estes viviam ainda sob o cativeiro de terras.

Modernização agrícola brasileira

Na década de 1950 o setor industrial brasileiro entra em crise. O setor agrário foi acusado de ser o empecilho para o sucesso do processo de industrialização e do desenvolvimento do país. Na época imputava-se aos latifúndios a incapacidade de produzir alimentos baratos para reduzir os custos da mão-de-obra urbana.

Mas para entender a crise na indústria nos anos 50 tem-se que voltar à segunda Guerra Mundial. O Brasil participa da Segunda Guerra Mundial ao lado dos aliados, em

defesa da democracia. Porém, o país vive sob a ditadura do Estado Novo, com Vargas no Poder. Um quadro insustentável, que culmina com o fim da Era Vargas. Esta passa a ser sucedida por governos mais liberais, ou seja, menos repressivos. Como consequência, movimentos sociais urbanos e rurais se expandem pelo país. No campo surgem as Lutas radicais espontâneas, principalmente as Ligas Camponesas. Começa a ganhar força em todo o Brasil o discurso favorável à divisão dos latifúndios em um amplo processo de reforma agrária. Além disso, o sucesso da revolução cubana e a expansão do pensamento socialista na América do Sul e no mundo fizeram com que os Estados Unidos pressionassem para realização da reforma agrária no Brasil. Este anseio americano era justificado pela necessidade de ocupação do território brasileiro, fato que impossibilitaria o avanço do Socialismo.

Neste momento de questionamentos sociais, em 1963 foi promulgado o Estatuto do Trabalhador Rural, que previa a extensão dos direitos trabalhistas aos trabalhadores rurais. Este, estabelecia a obrigatoriedade da carteira assinada, o descanso semanal remunerado e o pagamento do salário em dinheiro. Fato que aumentava o custo para os proprietários acostumados a trabalhadores livres e não assalariados. O resultado foi a demissão em massa de trabalhadores rurais, com a intensificação do processo de êxodo rural. Paralelamente surge a figura dos "boias frias". Após o estatuto do trabalhador rural a pobreza no meio rural aumentou e as lutas pela realização da reforma agrária se tornam ainda mais combativas. O governo de Jango lança então o decreto da SUPRA, uma tímida proposta de reforma agrária, no lendário Comício da Central do Brasil, que culminou com o Golpe Militar de 1964.

Meses após o Golpe, em 1964 foi promulgado o Estatuto da Terra. Este tinha dois eixos principais, a realização de Reforma Agrária em todo o território brasileiro e a modernização da agricultura após a realização da reforma. Porém, não se pode olvidar que o golpe militar contou, em muitas regiões do país com a intervenção ativa de milícia de fazendeiros, ligados ao movimento ruralista. Estes mesmo fazendeiros já haviam sido "prejudicados" com o estatuto do trabalhador rural (1963). Sob pressão dos latifundiários, o governo militar implementou apenas a modernização agrícola, direcionada aos grandes proprietários e se negou a realizar a reforma agrária. Por outro lado, as tensões no campo foram aplacadas por meio do combate e perseguição aos movimentos sociais e de seus líderes. Duramente reprimidos os movimentos sociais do campo praticamente desapareceram após o golpe.

A modernização agrícola desta forma não se propunha a alterar a distribuição de terras, conservando o sistema latifundiário brasileiro. Um dos motivos que a permite ser chamada de Modernização Conservadora. A justificativa ideológica da época criava a imagem de grandes fazendeiros inovadores, modernos e capazes de modernizar o campo. Por outro lado, os agricultores familiares eram considerados atrasados, avessos a tecnologia e incapazes de se modernizarem. Criou-se a figura de um ciclo vicioso da

pobreza, no qual a baixa produção da agricultura familiar gerava baixa renda, a baixa renda gerava condições deficientes de vida, o produtor que levava uma vida degradante apresentava baixas condições de trabalho e, conseqüentemente, baixa produção. Explicação alienada da realidade de exploração, negação do direito ao acesso à terra, impedimento de inclusão aos mercados e violência que atingia este extrato da população rural. Segundo esta ideologia a pobreza no campo era uma questão de escolha e justificava os investimentos no latifúndio, por isso a modernização deveria ser realizada para os grandes produtores nacionais, contando com investimentos do Estado. Neste contexto, os pequenos agricultores não poderiam ter acesso aos financiamentos pois não tinham o título de propriedade das terras para dar como garantia aos financiamentos. Muito embora a extensão rural também não tivesse interesse em trabalhar com esse público.

A Modernização Conservadora foi desenvolvida entre 1965 a 1979 tinha como princípio a oferta de crédito rural altamente subsidiado, chegando a ter juros reais negativos para compra de tecnologias e investimentos nas propriedades, investimento públicos em empresas de pesquisa e fornecimento de assistência técnica gratuita. Porém, todas estas benesses ofertadas pelo Estado foram destinadas aos grandes produtores para que estes pudessem investir na compra de tecnologias, implementos e insumos agrícolas, aumentando ainda mais a desigualdade social (Martine, 1991). Este modelo inicial de modernização agrícola também beneficiou as indústrias de insumos pelo aumento da dependência a estes produtos e de beneficiamento devido a obrigatoriedade de processamento dos produtos para inserção no mercado.

Com o crédito rural altamente subsidiado estes grandes proprietários capitalizados passaram a investir na compra de terras das pequenas propriedades. Assim, no período da Modernização Conservadora houve aumento da concentração fundiária. Os produtores que venderam suas propriedades foram obrigados a sair do campo, buscaram as grandes cidades. O país passa pelo maior êxodo rural de sua história (Tabela 1). Como resultado deste processo houve a formação das favelas nas grandes cidades e o maior processo de êxodo rural da história brasileira.

Tabela 1: Evolução da população residente no meio rural, participação da população rural na população total e taxa de crescimento da população entre 1950 a 1996.

Década	Total da População	Participação da população Rural no Total da População	Taxa de Crescimento (%)
1950	38.291.775	63,8	0,12
1960	38.767.423	54,6	0,57
1970	41.054.053	44,1	-0,64
1980	38.509.893	32,4	-0,81
1991	35.213.268	24,5	-0,77
1996	33.879.211	22	

Fonte: Adaptado de Camarano e Abramovay, 1999

Por outro lado, o investimento em tecnologias realizado com o objetivo de melhorar a produtividade nacional e fornecer tecnologias para a agropecuária nacional, pouco aumentaram os índices de produtividade, outro motivo que caracteriza o período como Modernização Conservadora. Neste contexto, surgem as empresas de pesquisa agropecuária nos âmbitos nacional e estadual, como a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), fundada em 1972. O fornecimento de assistência técnica foi desenvolvido segundo o modelo norte americano, nacionalizado na forma da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER). Porém todo este modelo tinha como objetivo o incentivo da compra de insumos agroindustriais pelos produtores. Neste sistema o extensionista tinha a função de difundir as tecnologias da revolução verde, produzidas pelas indústrias que recebiam as inovações tecnológicas geradas no âmbito das empresas de pesquisas. A consecução do modelo se dava pela garantia de que os grandes produtores tivessem acesso ao crédito rural subsidiado para compra dos insumos e tecnologias agrícolas.

Os principais resultados desta primeira fase da modernização foram a concentração fundiária e de renda, êxodo rural, urbanização desordenada e precária e segregação social entre ricos e pobres, segregação setorial entre agricultura familiar e agricultura patronal e segregação espacial da agricultura, aumento do uso de tecnologia sem elevações importantes na produtividade agrícola e degradação ambiental.

Mesmo diante deste quadro de retrocesso social os resultados da Modernização Conservadora são louvados por setores conservadores da sociedade. Após o fim da Segunda Guerra mundial havia grande demanda por produtos agrícolas pelos países que foram afetados pela guerra. Desta forma, os preços pagos aos produtos agrícolas estavam altos. Como esta política do estado financiou produtos de exportação em detrimento do abastecimento interno, o aumento da produção agrícola, pela incorporação de novas áreas, possibilitou o aumento das exportações com a entrada de divisas para o país. O aumento da dívida externa neste período mostra o financiamento da agricultura pelo Estado, fato que demonstra que o crescimento do setor não foi relacionado apenas a eficiência produtiva (Lacerda, *et al.*, 2005).

A crise do capitalismo mundial na segunda metade dos anos 1970, coloca fim à Modernização Conservadora em 1979. Entre 1980 e 1984 o cenário econômico nacional era de crise e retração. Neste período os preços internacionais das *commodities* agrícolas caíram. O Estado já não conta mais com tantos recursos para o financiamento da agricultura. O mercado interno é marcado pela redução da massa salarial e do consumo interno.

Esta conjuntura ameaçava levar crise ao setor agrícola. Porém, o Estado mais uma vez entra em campo, cria um sistema de compra a preço mínimo, impedindo que o setor tivesse redução drástica em sua remuneração. Como política de incentivo, houve

drástica redução no número de beneficiados pelo crédito rural, porém os juros passaram a ser ainda menores e os montantes individuais de empréstimos, ainda maiores. Mas as políticas decisivas do período foram as maxidesvalorizações cambiais. Estas enfraqueceram a moeda nacional com forte incentivo à exportação de nossos produtos e o aumento momentâneo da lucratividade do setor. Ação que trouxe a inflação como efeito colateral, mas que permitiu grande lucratividade para o setor no período. Como consequência o setor reduziu a incorporação de tecnologias, a área cultivada e o rebanho nacional, houve menor ritmo de expansão agrícola. Um fato ímpar deste período foi a reversão da concentração fundiária, com multiplicação de pequenas propriedades. Com estas ações o governo conseguiu garantir o bom desempenho da agricultura, com aumento da lucratividade dos setores de exportação, e elevação da oferta interna e externa de produtos. Resultado que não pode ser considerado como uma vitória da modernização conservadora, mas sim da intervenção estatal a favor da grande produção.

A terceira fase da modernização aconteceu de 1985 a 1989. O subsídio governamental para a agricultura foi reduzido gradativamente, os produtores foram obrigados a aumentar a eficiência produtiva. Assim, mesmo com um cenário econômico externo desfavorável aconteceram uma sequência de supersafras. Foi neste momento que se intensificou a ocupação da Amazônia, última fronteira agrícola brasileira. O governo brasileiro investiu em infraestrutura na Amazônia, principalmente estradas. Após a abertura das rodovias, o governo loteou grandes áreas para empresários industriais, bancários e comerciais. Além do loteamento foi estimulado a ocupação da região com isenção de impostos e implantação de serviços públicos, que geralmente eram precários.

Como visto acima a modernização da agricultura brasileira foi antidemocrática e conservadora. Contou com o financiamento do Estado, com a maior parte dos subsídios destinados aos latifundiários do centro-sul do Brasil. Incentivo à produção de *commodities* para exportação em detrimento aos alimentos para o mercado interno.

A explicação, também conservadora, para o sucesso das grandes propriedades durante o processo de modernização agrícola dissimula a atuação do Estado ao afirmar que sem escala de produção não há salvação econômica, ou seja, que ao longo do tempo os agricultores familiares seriam ineficientes e desapareceriam, e que o latifúndio se fortaleceria naturalmente.

Os impactos negativos eram tomados como frutos do progresso. O êxodo rural era imperioso ao processo de modernização do país. Todos os países desenvolvidos passaram pelo êxodo rural e as pessoas que migrassem para as cidades encontrariam sustento nas indústrias urbanas. A degradação do meio ambiente é parte do processo de avanço do capitalismo. Assim como o círculo vicioso da pobreza, estas ideologias são

difundidas na sociedade pela elite agrária com o objetivo de propagar a ineficiência da agricultura familiar e justificar os investimentos na grande propriedade.

Anos 90 e 2000

Os anos 1990 e 2000 são marcados pela instalação de governos Neoliberais. A característica destes é a ausência do Estado, em um momento de abertura da economia e fortalecimento da moeda nacional. A principal política voltada para o meio rural é a ausência de política agrícola. As intervenções se dão apenas no quadro macroeconômico, por meio do fortalecimento ou enfraquecimento da moeda nacional. O Estado incentiva a exportação, com a entrada de divisas, ou facilita as importações com a redução do preço dos produtos agrícolas no mercado nacional. Mais uma vez estas iniciativas do Estado ou beneficiam a grande produção para a exportação ou prejudicam a agricultura familiar.

O resultado da ausência do Estado foi o aumento da produção da agropecuária nas décadas de 1990 e 2000. Mesmo em um contexto desfavorável interna e externamente.

Devido a este novo cenário econômico as configurações produtivas do meio rural se modificaram. Entre os anos de 1985 a 1995 o número de estabelecimentos agropecuários reduziu 16,20%. O que demonstra o aumento da concentração da posse da terra. A área de lavouras permanentes e temporárias reduziram 23,8 e 18,9%, respectivamente. Com o ambiente desfavorável à agropecuária os produtores passaram a cultivar apenas as áreas de melhor fertilidade e produtos de maior vantagem comparativa. Paralelamente a área de pastagem plantada aumentou 34,5%, a área de descanso reduziu 22,1%, as áreas produtivas, mas não usadas reduziram 33,3%. Estas modificações ocorreram devido ao avanço da atividade pecuária, principalmente a de bovinos de corte. Com o melhoramento genético das plantas forrageiras, principalmente as braquiárias, a produtividade de bovinos criados à pasto aumentou. O crescimento da atuação dos movimentos sociais do campo criou grande receio de ocupação das terras improdutivas, por isso a maior utilização das terras.

As transformações iniciadas nos anos 90 estão presentes no meio rural até hoje. Com o aumento da competitividade com mercados internacionais a produção de *commodities* vinculadas à exportação como cana-de-açúcar, soja, eucalipto, milho e laranja aumentaram. Estas passaram a ser produzidas em larga escala, com elevado grau de mecanização e forte integração de capitais.

As transformações da economia no período aumentaram o consumo interno. Com o aumento da oferta, o preço pago pelos produtos se mantiveram estáveis com certa tendência a redução, fato que tendeu a reduzir a lucratividade do setor agropecuário. Segundo a ideologia produtivista vigente na sociedade a resolução deste problema é

atrelada ao aumento da produtividade, que aumentaria o volume produzido e as receitas dos sistemas. Atualmente muitos profissionais e economistas apontam a ineficiência produtiva como causa da baixa rentabilidade (Santos, *et al.*, 2016; Furlanetto, *et al.*, 2006; Campos e Paula, 2002). De fato, a ineficiência dos sistemas produtivos com utilização irracional de insumos e mão-de-obra reduz a lucratividade do setor. Porém, mesmo com o aumento da eficiência produtiva, se os mercados continuarem a receber volumes crescentes de produtos, a tendência será de estagnação ou retração dos preços pagos aos produtos.

A relação de troca entre a agropecuária e a indústria demonstra o poder de compra dos agricultores. O índice de preço pago sobre o índice de preço recebido, demonstra a relação entre os gastos com insumos industriais e a receita dos sistemas. Assim, quanto menor é esta relação maior é o poder de compra dos agricultores, pois demonstra menor gasto de produção e maior rentabilidade do setor. Este índice sofreu forte queda na primeira metade da década de 1990, e a partir de então, este índice está estável até os dias atuais (Montoya e Guilhoto, 1999).

De forma geral, o quadro de políticas macroeconômicas de abertura comercial, valorização cambial e ausência de política agrícola geraram um quadro desfavorável para a agropecuária, notadamente para a agricultura familiar, que continua a responder por grande parte da produção de alimentos destinada ao mercado interno. Mesmo com este cenário, o setor agropecuário aumentou sua produção devido principalmente ao aumento da produtividade e conseguiu aumentar a importância da agropecuária na formação do PIB brasileiro.

O censo agropecuário de 2006 demonstra que a estrutura agrária brasileira ainda permanece concentrada. Áreas de até 100 hectares correspondem a 85,95% das propriedades nacionais e ocupam 21,42% da área total. Em contrapartida, áreas com mais de 1.000 hectares correspondem a 0,91% das propriedades nacionais e ocupam 44,42% da área total (Tabela 2).

Tabela 2: Tamanho das propriedades, porcentagem de propriedades e de ocupação em relação ao território nacional segundo o Censo Agropecuário de 2006.

Tamanho das Propriedades (ha)	Participação das propriedades (%)	Área ocupada pelas propriedades no território (%)
-10	47,86	2,36
10 a 100	38,09	19,06
100 a 1.000	8,21	34,16
+ de 1.000	0,91	44,42

Fonte: Adaptado de IBGE 2008

Considerações Finais

A configuração histórica do setor agrário brasileiro é marcada por uma série de acontecimentos que moldaram as sociedades contemporâneas: rural e urbana. O Brasil é um país que foi moldado por um processo antidemocrático de posse e acesso à terra. Com esse processo histórico as terras brasileiras foram concentradas nas mãos de uma elite agrária e ao restante da população a posse da terra foi negada.

Com a monopolização da posse da terra a elite agrária conseguiu dominar a força de trabalho em troca do acesso à terra. Devido a este sistema o Brasil possui uma das maiores concentrações fundiárias do mundo, com violentas lutas pela posse da terra.

Com o advento da ideologia neoliberal nos anos de 1990 o cenário econômico de valorização cambial, abertura e maior competição em mercados globalizados gerou um contexto desfavorável para a agropecuária. Mesmo assim, a agropecuária passou por aumento da produção e melhoria da eficiência dos sistemas produtivos.

Todo e qualquer profissional que tenha o anseio de desenvolver trabalhos no meio rural, que objetive a promoção do bem-estar social necessita conhecer o processo histórico de formação do país. A agricultura familiar se originou em um sistema subordinado, sem acesso a posse da terra e com o objetivo de produção de alimentos, não contando com apoio do estado. Pelo contrário, as ações do Estado ao gerar desigualdades favoráveis as grandes produções prejudicaram direta e indiretamente a agricultura familiar.

Para o estabelecimento de metodologia de trabalho adequada para a agricultura familiar será necessário o entendimento das origens e das injustiças sociais pelas quais a agricultura familiar passou.

CAPÍTULO 2:

PRODUTIVISMO, NEOPRODUTISMO E TRANSFORMAÇÕES RECENTES DO SETOR AGRÁRIO

Alan Figueiredo de Oliveira¹, Matheus Anchieta Ramirez², Lúcio Carlos Gonçalves³, Ranier Chaves Figueiredo⁴, Dalvana dos Santos⁵, Agatha Bacelar Rabelo⁶, Tainá Silva Brandão Lopes⁷, Renato Henrique Ventura Pinto⁸, João Vitor Araújo Ananias⁹, Guilherme Lobato Menezes¹⁰

Introdução

A lógica capitalista implementada após a Revolução Industrial levou a uma nova ordem na produção com a criação de linhas de produção, especialização, maximização da utilização da mão-de-obra e aumento da eficiência produtiva. O que resultou na padronização de processos e produtos com o fortalecimento das escalas de produção, o que ocasionou verdadeira revolução quanto ao volume de produção, padronização e qualidade de produtos, além da elevação da rentabilidade do capital.

Na agropecuária, foi a partir da segunda guerra mundial que este modelo ganhou destaque na produção de alimentos para as nações arrasadas pela guerra, em uma proposta de industrialização para a recomposição econômica. No pós-guerra apresenta parte de seus territórios arrasados e improdutivos, a mão de obra escassa como consequência do confronto. A saída para a recuperação econômica destes países foi

¹Médico Veterinário, Mestrando em Produção Animal, Departamento de Zootecnia da Escola de Veterinária da UFMG, Caixa Postal 567, CEP 30123-970, Belo Horizonte, MG. alanfigueiredodeoliveira@yahoo.com.br

²Médico Veterinário, DSc, Prof. Adjunto Departamento de Zootecnia da Escola de Veterinária da UFMG, Caixa Postal 567, CEP 30123-970, Belo Horizonte, MG. matheusarta@yahoo.com.br

³Engenheiro Agrônomo, DSc, Prof. Adjunto Departamento de Zootecnia da Escola de Veterinária da UFMG, Caixa Postal 567, CEP 30123-970, Belo Horizonte, MG. luciocg@vet.ufmg.br

⁴Médico Veterinário, MSc, Doutorando em Ciência Animal, Departamento de Tecnologia e Inspeção de Produtos de Origem Animal da Escola de Veterinária da UFMG, Caixa Postal 567, CEP 30123-970, Belo Horizonte, MG.

⁵Médica Veterinária, MSc, Doutoranda em Nutrição Animal, Departamento de Zootecnia da Escola de Veterinária da UFMG, Caixa Postal 567, CEP 30123-970, Belo Horizonte, MG.

⁶Graduanda em Ciências Socioambientais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFMG, Caixa Postal 567, CEP 30123-970, Belo Horizonte, MG.

⁷Médica Veterinária, Mestranda em Produção Animal, Departamento de Zootecnia da Escola de Veterinária da UFMG, Caixa Postal 567, CEP 30123-970, Belo Horizonte, MG.

⁸Graduando em Medicina Veterinária, Escola de Veterinária da UFMG, Caixa Postal 567, CEP 30123-970, Belo Horizonte, MG.

⁹Graduando em Medicina Veterinária, Escola de Veterinária da FUNORTE, CEP 39404-006, Montes Claros, MG.

¹⁰Médico Veterinário, Mestrando em Nutrição Animal, Departamento de Zootecnia da Escola de Veterinária da UFMG, Caixa Postal 567, CEP 30123-970, Belo Horizonte, MG.

investir na produção agrícola. Esta deveria apresentar elevada produtividade e ocupar pouca mão-de-obra.

Com o fim da guerra os avanços tecnológicos da indústria bélica ficariam ociosos. Estas se transformaram em produtoras de tecnologias agrícolas. Assim, indústrias de armas químicas foram transformadas em produtoras de agrotóxicos, as de armamentos e tanques em produtoras de máquinas e implementos agrícolas e a de explosivos em produtoras de adubos químicos.

O conhecimento científico gerado no período passou a ser utilizado para pesquisas agropecuárias envolvendo melhoramento genético das culturas e animais, com vistas a elevação da produtividade. Esta revolução produtiva passou a definir a produção agropecuária, os insumos e as máquinas a serem utilizados e a forma de comercialização, dando origem a um modelo de produção chamado Produtivismo.

Este modelo produtivo se transforma em uma construção ideológica quando é utilizado como solução para todos os problemas do meio rural. Desta forma, de acordo com a ideologia produtivista o aumento de produtividade, pela incorporação de novas tecnologias, seria a solução para todos os problemas do meio rural.

Ideologia Produtivista

Ideologia é o resultado de uma ideia, conceito, construção social, aceito por toda a sociedade, mas que beneficia a classe dominante por permitir a perpetuação de condições de desigualdade e violência. A ideologia tem força por ser aceita como verdadeira por toda sociedade. Aceitação que é gerada a partir dos fenômenos que dissimulam. Assim, uma ideologia não é forte pelo que mostra ou explica, mas sim por aquilo que não mostra e não explica (Chauí, 2017).

O Produtivismo, pode ser considerado uma ideologia justamente por não se ater nas explicações dos problemas que afetam a produção rural e sim na resposta previamente estabelecida e única para eles. Não aponta outros caminhos se não o aumento da produtividade e da produção, pela incorporação de novas tecnologias.

O favorecimento desta construção aponta sempre para o sentido da maior acumulação de capitais nos setores industriais. Afinal a solução para os problemas é vista na incorporação tecnológica. Esta cria dependência dos produtores às indústrias de insumos, onde os primeiros sempre devem inovar para a resolução de seus problemas (Dufumier e Couto, 1998).

A tendência de não explicar as origens dos problemas vem da lógica produtivista de se importar unicamente com a incorporação de tecnologias agroindustriais. Logo as questões enfrentadas pelo setor rural que podem ser produtivas, tecnológicas,

econômicas, ambientais, climáticas, culturais e de inserção aos mercados são analisadas de forma reducionista.

Um aspecto importante do Produtivismo é a inovação. Feita a partir de tecnologias industriais que desconsidera e altera a cultura dos produtores rurais. Assim, toda construção cultural elaborada pelas comunidades deve ser abandonada em benefício de uma nova lógica produtiva, pautada em inovações tecnológicas na forma de insumos.

Revolução Verde

A Revolução Verde é o resultado do conjunto de inovações tecnológicas que possibilitou o aumento significativo da produtividade agrícola, após a segunda guerra mundial. Esta foi pautada em cinco pilares básicos tratamento científico da produção agropecuária, melhoramento genético para aumento da produtividade, quimificação dos sistemas (com a utilização de adubos, agrotóxicos, medicamentos veterinários), mecanização e motorização. Nesta lógica todo saber popular foi negado, apenas tendo validade o que era cientificamente comprovado, em uma perspectiva cientificista (Sampaio,2011).

A Revolução Verde se deu na forma de pacotes tecnológicos. Dever-se-ia adquirir todas as tecnologias necessárias para a implementação de um sistema de produção para que o sucesso máximo fosse alcançado. Os Pacotes Tecnológicos levaram a especialização da produção rural. A especialização aliada ao aumento de produtividade fez com que os produtores passassem a se dedicar a apenas a produção. A difusão da Revolução Verde, produzida em um modelo eurocêntrico, fez com que, apesar da diversidade edafoclimática, os sistemas agropecuários implementados em todo o mundo fossem semelhantes (Dufumier e Couto, 1998).

A utilização de material geneticamente modificado também foi fundamental para o salto produtivo experimentado durante a revolução verde. O aumento da produção por área possibilitou o aumento da produção total sem a necessidade de abertura de novas áreas, porém, novas áreas também foram englobadas pela agropecuária.

A utilização de máquinas e implementos nos processos de motorização e mecanização da agricultura possibilitou a utilização de áreas maiores com menos mão-de-obra e maior produção.

O processo de quimificação auxiliou os processos produtivos da agropecuária a minimizarem os impactos negativos causados por pragas e doenças e por possibilitar a expressão da produtividade máxima das culturas.

Estes fatores levaram a padronização dos sistemas de produção. Padronização que se deu também no âmbito econômico com a busca de insumos, mercados, compra de

insumos e venda da produção. Com a necessidade de insumos e padronização econômica já que os produtores especializados passaram a comercializar com as indústrias de transformação ou com o setor de distribuição.

Neste aspecto, a Revolução Verde é tanto o fruto do Produtivismo, quanto o fortalece. Desta forma, pode-se afirmar que este conjunto de técnicas para aumento da produtividade dos sistemas agroalimentares foi guiada por uma ideologia Produtivista, bem como seu desenrolar fortaleceu o sistema produtivista.

Esta lógica gerou inúmeros problemas de ordem social, econômicos e ambientais pelo mundo. Dentre eles, destacam-se a concentração de renda, disseminação da pobreza no meio rural, redução da margem de lucro da agropecuária, contaminação dos recursos hídricos e aquecimento global.

O modelo de produção Produtivista

Com o avanço do ideal produtivista houve a padronização técnica e econômica dos processos de produção. Os produtos agropecuários passam a se comportar como commodities⁶ em um mercado globalizado.

A ideologia Produtivista pode ser caracterizada por buscar sempre aumentos nos rendimentos da terra, na produtividade, com a redução dos custos unitários de produção, especialização do produtor, uso intensivo de insumos industriais e de capital, racionalização científica da produção, substituição dos conhecimentos tradicionais e descaso com a questão social e ambiental.

A integração de capitais promovida pelo Produtivismo levou a criação de complexos agroindustriais. Estes são compostos por indústrias de insumos, produtores rurais e indústria de processamento. Neste contexto industrial os produtores compram insumos que permitam a produção de acordo com o que a indústria de processamento deseja comprar. Obviamente a lucratividade dos produtores rurais será diretamente determinada pelos setores industriais a jusante e a montante no mercado.

A implementação do Produtivismo se deu por inúmeras imposições à padronização. A primeira imposição é de ordem técnica, o produtor deve seguir as recomendações de cada pacote tecnológico para que sua produção atinja a indústria de

⁶Commodities é o termo utilizado para se referir aos produtos de origem primária que são transacionados nas bolsas de mercadorias. São normalmente produtos em estado bruto ou com pequeno grau de industrialização, com qualidade quase uniforme e são produzidos e comercializados em grandes quantidades. Também podem ser estocados sem perda significativa em sua qualidade durante determinado período. Podem ser produtos agropecuários, minerais ou até mesmo financeiros (Branco, 2008).

processamento. Qualquer produtor que procure a produção de *commodities* necessita padronizar tecnicamente sua produção para aceitação no mercado. A padronização econômica se refere a necessidade dos produtores irem ao mercado comprar insumos e vender a produção, há também a busca pelo mercado de capital para o investimento e o custeio das atividades. O mercado globalizado passa a exigir a padronização dos produtos, esta apenas é obtida se produzida com os pacotes tecnológicos padronizados. A padronização também é consequência da formação dos produtores, o poder ideológico do produtivismo transforma a padronização em marca de qualidade na agropecuária. As indústrias processadoras e as medidas regulamentadoras impõem à padronização produtiva quando exigem a padronização para industrialização. Esses fatos contribuíram muito para o fortalecimento do produtivismo.

Porém o aumento da escala produtiva e da produtividade das culturas apresenta limites. O modelo produtivista possui limites em si mesmo, dentre estes estão a degradação ambiental, a limitação no uso de recursos não renováveis (como os adubos químicos e combustíveis fósseis). Outro grave impacto do produtivismo é a desigualdade social gerada por sua implantação. Este modelo serve a produção agrícola tecnicada, com acesso ao mercado de capitais, feita em grandes propriedades. Desconsidera as particularidades e anseios da agricultura familiar, e não se adequa a ideais de produção que valorizem a convivência harmônica com o meio ambiente.

O Produtivismo no Brasil

Pode-se afirmar que o modelo Produtivista foi implementado no Brasil durante a modernização conservadora, política de Estado desenvolvida entre os anos de 1965 e 1979. Pautada na distribuição desigual de créditos rurais subsidiados para a compra de insumos e incorporação de novas áreas a produção. Esta, por si só, foi grande geradora de impactos sociais e ambientais (Prado, 1999). No Brasil os impactos negativos do produtivismo, tanto do ponto de vista ambiental como social, foram relacionados a política do estado de modernização agrícola.

Porém no período da modernização conservadora não se pode caracterizar um modelo produtivista em plena ação. Apesar do massivo investimento estatal para a modernização os índices de produtividade não aumentaram como esperado. Somente na segunda metade dos anos 1980 e na década de 1990 a produtividade de fato aumenta, com o modelo produtivista funcionando plenamente.

Se no campo o Produtivismo demorou até a década de 1990 para sua completa assimilação, o mesmo não pode se dizer da ciência. É nas ciências agrárias brasileiras que o produtivismo se impõe como ideologia de formação de novos profissionais. Deste modo, os cursos vinculados a área de conhecimento das ciências agrárias passam a relacionar a solução dos problemas do meio rural a questões técnicas que deviam ser

respondidas pela ciência. Criando recomendações técnico-científicas que em geral não levavam em conta aspectos sociais ou ambientais.

No Brasil, é nesse contexto que nascem as empresas de pesquisas agropecuárias estaduais e federais, como a EPAMIG (Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais) e EMBRAPA (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária). Além disso, há aumento no aporte de recursos financeiros para as universidades de ciências agrárias.

A extensão rural desenvolvida no Brasil também possui marcas produtivistas. Sua origem se dá em meio a expansão dos pacotes tecnológicos da revolução verde fundamentados pela ideologia produtivista. Os profissionais passam a difundir pacotes tecnológicos e insumos agroindustriais e veem os produtores como objetos aos quais lhes é dado o direito de transformar, manipular e influenciar. Afinal o único saber válido para o produtivismo é o chancelado pela ciência.

Crise do Produtivismo

O Produtivismo entrou em crise (Dufumier e Couto, 1998) na década de 1980 e foi superado em alguns países desenvolvidos. Os determinantes para o questionamento e posterior crise foram os impactos de ordem social, econômica e ambiental. Nos países do capitalismo periférico, como é o caso do Brasil, o produtivismo é criticado, porém não entra em crise. Assim, o produtivismo continua a ser a ideologia dominante para a produção agropecuária.

O determinante para a crise do produtivismo nos países ricos são os impactos sociais. Logicamente a degradação ambiental sensibilizou estas sociedades em busca de modelos alternativos de produção.

Os impactos sociais gerados pelo produtivismo são relacionados à concentração da posse da terra, da renda e fortalecimento do latifúndio, queda de eficiência na aplicação de recursos financeiros na agricultura, desvios de recursos para outras aplicações, queda na eficiência técnica, na produtividade e na renda, aumento do subemprego, do desemprego e do êxodo rural, aprofundamento das desigualdades sociais e regionais e deterioração na qualidade de vida das populações (Dufumier e Couto, 1998). Todos estes inerentes a própria lógica produtivista de aumento de produtividade, economia de escala e mecanização que se impuseram aos produtores rurais.

O modelo também trouxe impactos para os consumidores. A vinculação dos produtos agropecuários a indústrias de processamento fez com que um novo padrão alimentar fosse criado. A padronização econômica proporcionou o controle do mercado de alimentos pelo setor de distribuição, independente dos esforços produtivos engendrados pelos agricultores.

A artificialização do meio, proposta pelo produtivismo, naturalmente levou a impactos ambientais. A degradação da estrutura física do solo em função do peso e do uso intensivo das máquinas e equipamentos, bem como a compactação dos solos, são impactos gerados pelo modelo produtivista. Como impacto direto da quimificação tem-se a contaminação dos cursos d'água, de alimentos e do ar com agrotóxicos e adubos químicos. A supressão radical de árvores nos campos de cultivo para maior eficiência no uso de máquinas e na aviação agrícola. Aliado a todos estes fatores a utilização inadequada de algumas áreas proporciona a redução dos mananciais d'água e erosão. O manejo inadequado do solo, determina assoreamento dos cursos d'água e redução do lençol freático e a extinção de espécies selvagens e daquelas vistas sem interesse produtivo. Também a modificação da qualidade organoléptica e nutricional dos produtos agroalimentares, é vista como impacto relevante. De uma forma geral o modelo produtivista contribui em larga escala para poluição e aquecimento global.

Acerca desses impactos ambientais é necessário salientar que durante os últimos anos muitas tecnologias produtivas para reduzir o impacto ambiental foram desenvolvidas. Dentre elas se destacam, o plantio em curva de nível, plantio direto, abate precoce de animais, consórcio de culturas, utilização de sistemas integrados de produção, controle biológico de pragas dentre outros.

Estes impactos ambientais e socioeconômicos foram tolerados nas primeiras décadas do pós-guerra onde o discurso desenvolvimentista, de um capitalismo pujante, que solucionava aos problemas vivenciados após a segunda guerra. Porém a crise do capitalismo, na segunda metade dos anos 1970, além de externalizar os problemas sociais da lógica produtivista, ao reduzir os subsídios à produção agropecuária, demonstrou a inviabilidade do modelo produtivista. Os resultados econômicos já não poderiam mais ser apresentados como compensadores dos impactos ambientais e sociais.

Ganha força o questionamento do produtivismo. Este passa a ser amplamente criticado nos países de capitalismo central como degradadores dos recursos naturais, da qualidade de vida humana e empecilho para a sustentabilidade das novas gerações. Durante a década de 1980 estes países passam então a buscar formas mais sustentáveis e saudáveis de produção agropecuária, rejeitando os sistemas produtivistas.

Deve-se atentar para o fato de que nos países periféricos, subdesenvolvidos, pobres, o produtivismo continuou e continua a ser a ideologia que guia a produção agropecuária. Porém os impactos ambientais e sociais não puderam ser ignorados nestes países, onde houve questionamentos ao modelo. Porém, estes não foram capazes de gerar a crise e muito menos a superação do produtivismo.

Neoprodutivismo

Com o questionamento e crise do produtivismo surge uma nova ideologia envolvendo a produção agropecuária. Como esta denominação ainda está em disputa, utilizaremos aqui a proposição que reconhece a ideologia que se opõe ao produtivismo como Neoprodutivismo. Importante atentar que esta formação ideológica abriga uma infinidade de modelos produtivos. Deste modo, o Neoprodutivismo foi implementado em países desenvolvidos após a crise dos sistemas produtivistas, na década de 1980.

Esta ideologia produtiva, que nega completamente o Produtivismo, busca de forma genérica produtos saudáveis, livres de agrotóxicos, sustentáveis e que não causem impactos ambientais, sociais e econômicos negativos. Os países europeus como a França, a Alemanha, a Inglaterra, a Suécia, a Suíça, a Bélgica e a Itália são exemplos de superação do modelo produtivista. Porém, diferentemente do produtivismo, esta lógica não busca a padronização dos processos e produtos, nem mesmo a uniformidade nos objetivos da produção.

Um questionamento que fica é, porque alguns países rompem com o produtivismo e outros não? Os principais requisitos para superação do modelo produtivista em uma sociedade são, em ordem de importância, renda, educação (desenvolvimento do pensamento ecológico, conhecimento das formas de produção e processamento dos alimentos), organização de consumidores que tenham o poder de impor ao mercado os produtos que desejam consumir e que estão dispostos a pagar por eles, estado regulamentador que legisle em favor do que desejam estes consumidores e instâncias públicas de reclamação onde os consumidores possam se manifestar em relação à atenção àquilo que julgam como éticos.

É fácil perceber que a mudança neste caso parte da demanda dos consumidores. Na verdade, são eles que passam a requerer e valorizar uma nova forma de produção. Neste aspecto a renda é o principal fator que possibilita a ruptura com o modelo produtivista. Assim, o Neoprodutivismo apenas é possível em países cuja parcela do orçamento dedicada à alimentação é pequena. A produção de produtos de alto valor nutricional e alto valor agregado é realizada em sistemas tradicionais que utilizam muita mão-de-obra. Para que o produtor continue produzindo de forma correta, poluindo menos o meio ambiente é necessário que o mercado consumidor tenha renda alta para sustentar este sistema. Em países como o Brasil onde os gastos com alimentação representam grande parte do orçamento familiar as escolhas dos produtos por parte da maioria da população se baseiam no menor preço e não na maior qualidade, inviabilizando o processo de rompimento com o produtivismo.

A educação da população também é um fator primordial para a criação de uma consciência global de proteção ambiental. Estes processos educacionais consistem no desenvolvimento de consciência ecológica com exigência de processos e produtos ecologicamente limpos (Dufumier e Couto, 1998).

A organização dos consumidores conscientizados da necessidade de proteção ambiental atua como forte pressão sobre os produtores para obtenção de produtos limpos. Essa organização atua também sobre o poder público para regulamentação e fiscalização da qualidade. As instâncias públicas de reclamação atuam como uma ouvidoria quanto aos problemas relacionados aos produtos e às novas demandas. Por fim, a presença de Estado regulamentador é fundamental para fiscalização dos processos produtivos e da comercialização dos produtos.

No Neoprodutivismo não se prevê um único modelo de produção. Estes dependerão dos aspectos éticos valorizados pelo mercado consumidor e das condições ambientais. Alguns modelos produtivos que se opõem a lógica produtivista são: a revolução duplamente verde, a agroecologia, a agricultura orgânica, a biodinâmica, a agricultura biológica, a permacultura entre outros. Estes consistem em inovações radicais, porque independem das empresas do agronegócio e buscam desenvolver a produção agrícola com a menor agressão possível ao ambiente, com utilização intensiva de mão-de-obra, e atuação em nichos de mercado que apresentam alta remuneração como a floricultura, a produção de animais silvestres, as ervas medicinais e aromatizantes, a aquicultura e a horticultura diversificada.

As práticas Neoprodutivistas, ao contrário do que muitos poderiam prever, não partem da condenação ao uso da tecnologia. O princípio básico é a adequação da tecnologia disponível ao ambiente do produtor e a utilização de tecnologias que possibilitem a melhora da produção agropecuária e da qualidade dos produtos, dentro dos valores desejados pelo mercado consumidor.

Transformações determinadas pelo Produtivismo

A implementação do Produtivismo gerou uma série de transformações no meio rural. Estas são relacionadas pela escala produtiva e pela relação humana com o ambiente, pela distribuição de renda e alocação da mão-de-obra no setor.

A superprodução de produtos agrícolas estimulada pelas políticas públicas e implantação dos pacotes tecnológicos da revolução verde, levou à relativa estabilidade de preços. O maior volume de produtos agrícolas que chega ao mercado provoca redução ou estagnação dos preços praticados nos mercados. O que não constituiria em problema se os custos dos insumos e recursos naturais não renováveis como adubos e combustíveis fósseis não sofressem aumentos ao longo dos anos (Hofer, et al., 2009; Callado e Callado, 1999)

A destruição ambiental e o impacto nas paisagens são outras características marcantes do Produtivismo. A emissão de gases do efeito estufa, o aquecimento global, processos de desertificação, a extinção de espécies silvestres ou de pouco interesse produtivo, o derretimento das calotas polares e a mudança do regime pluviométrico são

exemplos de impactos ambientais atrelados a agropecuária. A destruição ambiental ainda causa impactos sobre a paisagem rural. Estes impactos se referem a supressão da vegetação nativa e da topografia natural para maximização do desempenho da agropecuária. A destruição causa grande depreciação visual do ambiente rural.

O desenvolvimento dos sistemas produtivistas em locais onde era possível obter maiores produções e maior mecanização da produção gerou grande disparidade econômica entre as regiões. Naquelas com maiores índices pluviométricos, relevo favorável e melhor fertilidade do solo as atividades alcançaram maiores produtividades e rentabilidade. O mesmo não aconteceu em áreas de menor índice de chuvas, relevo desfavoráveis e solos de baixa fertilidade, determinando as diferenças regionais. Por outro lado, os produtores que por vários motivos questionaram e não aderiram ao Produtivismo se viram desfavorecidos pelos mercados. O mesmo pode-se dizer das comunidades excluídas do processo de modernização agrícola. Esses são fatores que contribuíram para o crescimento das desigualdades na renda gerada pelos avanços tecnológicos entre agricultores e entre regiões.

Outra transformação implementada pelo Produtivismo foi a redução na necessidade de mão-de-obra para a realização das atividades agropecuárias. Nas unidades de produção patronal levou à demissão de trabalhadores e trouxe mudanças na organização do trabalho na produção familiar. Com a implementação de tecnologias poupadoras de mão de obra houve a individualização das propriedades familiares. Se antes a necessidade de trabalho era suprida pela mão de obra das propriedades vizinhas, com o produtivismo os produtores passaram a ser “autônomos” na escolha do produto e dos sistemas de produção. Por outro lado, a implementação de tecnologias poupadoras de mão de obra também possibilitou a liberação gradual de parte do núcleo familiar para outros setores da economia, como o secundário e o terciário, com a emergência da pluriatividade e das atividades não-agrícolas no espaço rural, com inserção de parte do núcleo familiar a outras atividades, agrícolas e não-agrícolas. Ou seja, a unidade de produção familiar passou a se dedicar também a trabalhos em outros setores da economia.

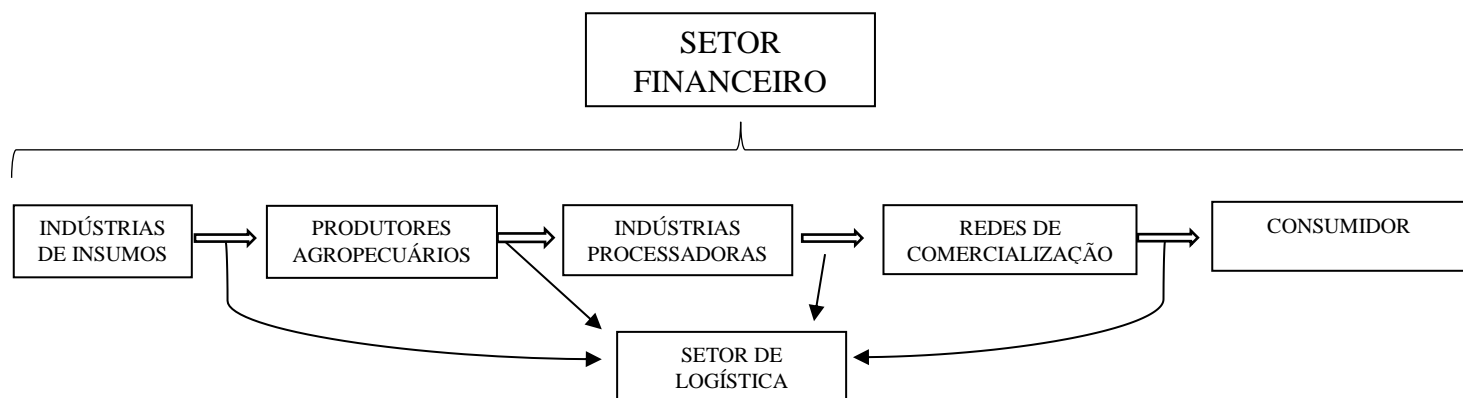
Rupturas provocadas pelo Produtivismo

A implantação do Produtivismo gerou uma série de transformações nas relações tradicionais do padrão de consumo das sociedades, do uso e da ocupação da terra, preservação do meio-ambiente e da organização das formas de produção. Estas transformações culminaram em rupturas entre agricultura e alimentação, entre agricultura e território, da ordem demográfica, entre a agricultura e o ambiente, e a ruptura do modelo familiar e a individualização das propriedades. (Schneider, 2003)

A ruptura entre agricultura e alimentação tem como determinante a criação dos complexos agroindustriais. Esse processo é conhecido como caificação da agricultura

(Figura 1). A caificação é um termo associado ao crescimento e ganho de importância dos Complexos Agroindustriais, é utilizado para denominar o processo de padronização da produção, processamento e relações comerciais na agropecuária.

Figura 1: Organização setorial do processo de caificação da agropecuária nacional.



A partir da implantação destes complexos são as grandes corporações que definem o tipo de alimento que chega à mesa do consumidor. Isso acontece porque os produtores perdem sua função histórica de produzir alimentos e passam a produzir matéria-prima para as indústrias processadoras. O processamento da matéria-prima, sua transformação em alimento e as características do alimento passam a ser definidos pela indústria.

Com esta perda de identidade produtiva as qualidades nutricionais e sanitárias dos alimentos são afetadas. O produtor não se identifica como produtor do alimento que chega à mesa do consumidor, apenas como aquilo que chega à indústria como matéria-prima. Neste contexto, o produtor de alimentos se torna alienado do seu papel de produtor de alimentos. Assim, perde-se a complexidade dos impactos que os insumos químicos e agroquímicos podem trazer aos consumidores e a saúde da população, uma vez que não relacionam a produção ao consumidor, mas sim a indústria.

A ruptura entre agricultura e o território refere-se à concentração da atividade agrícola em determinadas regiões que apresentam maior vantagem comparativa. Vantagem comparativa é um termo utilizado para condições de logística ou de produção que a tornam mais rentável em determinada região em detrimento de outras. Independente da tradição cultural local, a produção agropecuária irá migrar em direção as regiões com maiores vantagens comparativas.

A ruptura da ordem demográfica é um fenômeno decorrente da redução da população ocupada em atividades agrícolas. A mecanização das atividades agrícolas e a baixa remuneração da mão-de-obra reduziram os postos de trabalhos rurais. Nas unidades de produção familiar o resultado direto é a liberação de parte da mão de obra para o trabalho em outros setores da economia.

A ruptura entre agricultura e meio ambiente pode ser vislumbrada nos impactos ambientais gerados pelo Produtivismo. O progresso técnico afetou a harmonia entre o produtor rural e sua relação com a natureza (Schneider, 2003). Com uma nova concepção capitalista para o meio rural, o produtor deve produzir em larga escala, e o ambiental passa a ser visto como um fator de produção capitalista que deve ser alterado na busca de maior rentabilidade e eficiência. Essa ruptura que gera menor preocupação ambiental, mas também as alterações culturais. O ambiente passa a ter um novo significado para estas comunidades.

A ruptura do modelo familiar e individualização das propriedades é um processo decorrente da crescente utilização de tecnologias poupadoras de trabalho no meio rural. Com a utilização de novas tecnologias uma parte dos membros da família puderam passar a se dedicar a atividades em outros setores da economia, fortalecendo as atividades não-agrícolas no meio rural. Porém, a ocupação da mão-de-obra rural em atividades não agrícolas não determinou a migração da população para o meio urbano. Esta permanece morando no meio rural, estabelecendo assim, um novo tipo de agricultura familiar chamada de Pluriativa.

Ocupações não-agrícolas no meio rural

É notável que o emprego agrícola está em declínio tanto em termos relativos quanto absolutos. Mesmo em regiões essencialmente rurais são os setores não-agrícolas que oferecem crescentemente as maiores possibilidades de emprego (Schneider, 2003). Não há uma relação direta entre o domicílio rural e a ocupação no emprego agrícola.

A partir dos anos 1980 o meio rural passa a ser caracterizado pela mobilidade dos indivíduos para o meio urbano. Tem-se início a ressignificação e valorização da cultura do meio rural no urbano e a difusão da cultura urbana entre as comunidades rurais. Há facilidade da mobilidade, em tempo parcial ou integral, de indivíduos entre estas regiões.

Em países desenvolvidos as atividades não-agrícolas no meio rural estão em expansão devido à modernização tecnológica, que leva a ociosidade potencial de parte da mão de obra. Porém a queda nas rendas agrícolas, a implementação de políticas públicas de valorização e apoio a Pluriatividade, e a migração de industriais para regiões rurais são também importantes para a expansão destas.

Na América Latina e no Brasil o fenômeno da combinação de ocupações agrícolas e não-agrícolas é considerado comum e vem aumentando nos últimos anos, estimativas apontam que 40% das rendas dos habitantes rurais da América Latina decorre delas (Schneider, 2003). Neste contexto, a redução da população ocupada em atividades agrícolas não significa que haja uma retomada do êxodo rural. A partir dos anos 80, a

queda do emprego agrícola tem sido compensada parcialmente pela ocupação em atividades não-agrícolas.

O meio rural brasileiro passou por uma série de transformações no emprego da mão-de-obra após a modernização da agropecuária. Atualmente a maioria das famílias são pluriativas e combinam vários tipos de atividades e ocupações em uma mesma unidade familiar. Assim, já não se pode mais ser associado apenas à produção agrícola e pecuária, sendo necessário entender o Novo Rural Brasileiro (Silva, 1999), suas transformações e suas configurações de trabalho. Essas transformações que se devem à urbanização do campo, crise do setor agrícola, dificuldade de crescimento do setor e a interiorização de indústrias.

A urbanização do campo é o fenômeno de transbordamento das cidades e do mercado de trabalho urbano para as áreas rurais situadas em seu entorno. O resultado deste processo é o estabelecimento de moradias secundárias, pesque-pague, chácaras de recreio e ecoturismo, estas geram demanda por serviços não-agrícolas como: jardinagem, pedreiros, motoristas dentre outros. Com a ampliação da oferta de empregos não-agrícolas no meio rural e as possibilidades de pluriatividade das famílias.

A crise do setor ocorrida no final da década de 1970, oriunda da modernização tecnológica baseada na oferta de crédito altamente subsidiado, gerou uma mudança nas políticas públicas de financiamento da agropecuária. Com o fim da oferta de crédito a rentabilidade agrícola passou por grave redução. Na década de 1990 as políticas econômicas de abertura comercial e valorização cambial agravaram ainda mais o problema da queda das receitas agrícolas. A menor remuneração do setor agropecuário no Brasil incentiva a busca por renda em outros setores da economia.

A interiorização de indústrias, como têxteis, vestuário, calçados e processamento de alimentos é outro fator de incentivo a ocupações não agrícolas no meio rural. A disponibilidade de empregos em áreas próximas ao meio rural possibilita que o núcleo familiar continue exercendo atividades agrícolas associadas a trabalhos não-agrícolas.

A Pluriatividade pode envolver estrategicamente práticas Neoprodutivistas como o atendimento a nichos de mercado, como aquele de produtos artesanais. É neste sentido que estes dois fenômenos contribuem para a redução dos impactos ambientais, entrada de capitais de outras fontes, que não apenas a produção agropecuária. O que pode ser associado a redução da pressão sobre o ambiente, com produção menos intensiva e menor utilização de insumos. Estes fenômenos são positivos tanto para a redução dos impactos sociais e ambientais, provocados pelo modelo produtivista.

Conclusões

O produtivismo se configura como uma formação ideológica que reduz toda a problemática a aspectos técnicos, tendo no aumento da produtividade a resolução de todo e qualquer problema relacionado ao meio rural.

A padronização de pacotes tecnológicos regidos pela ideologia produtivista impulsionou a produção agropecuária no mundo. Porém, o descaso com a sustentabilidade dos sistemas fez com que o Produtivismo entrasse em crise nos países desenvolvidos na década de 1980. A degradação dos recursos naturais, o aumento da pobreza e da desigualdade no campo e a baixa remuneração dos sistemas geraram a necessidade de remodelar os sistemas de produção.

O Neoprodutivismo consiste em uma lógica produtiva que se opõe ao produtivismo, possibilita o surgimento de sistemas de produção que reduzem a agressão ao ambiente e atendam as demandas dos mercados consumidores mais exigentes.

Em países subdesenvolvidos, como o Brasil, o Produtivismo continua sendo a ideologia dominante no que concerne à produção rural.

O número de empregos agrícolas vem caindo gradualmente em todo o mundo, a pluriatividade da mão-de-obra do núcleo familiar rural surge como um fenômeno marcante nas famílias agrícolas.

A concepção ideológica dos sistemas produtivos é considerada como geradora da configuração produtiva do meio rural, entender as diferenças entre o Produtivismo e o Neoprodutivismo são fundamentais para que os profissionais da área de ciências agrárias possam compreender o cenário produtivo e em qual contexto a produção se insere. Além disso, compreender a formação ideológica dos produtores facilita a interpretação de seus sistemas produtivos, de suas estratégias de produção e a fundamentação de suas escolhas.

CAPÍTULO 3:

CAMPELINATO E AGRICULTURA FAMILIAR: COMO SUPERAR A POBREZA NO SETOR AGRÁRIO BRASILEIRO

Ranier Chaves Figueiredo¹, Matheus Anchieta Ramirez², Lúcio Carlos Gonçalves³, Alan Figueiredo de Oliveira⁴, Dalvana dos Santos⁵, Agatha Bacelar Rabelo⁶, Rafael Araújo Meneses⁷, Renato Henrique Ventura Pinto⁸, Frederico Patrus Ananias de Assis Pires⁹, Luana Teixeira Lopes¹⁰

Introdução

A redemocratização do Brasil, ao longo dos anos 1980, contou com considerável participação social e resultou no reaparecimento de setores que por largo período foram invisíveis na sociedade brasileira. Dentre estes grupos estão as populações tradicionais do meio rural brasileiro, que foram marginalizados por décadas, com destaque para os trabalhadores rurais sem terra e os agricultores familiares.

Porém, é ao longo dos anos 1990 que a agricultura familiar conquistou espaço na agenda dos governos que sucederam a redemocratização brasileira. Já nos anos 2000 com a ascensão do Partido dos Trabalhadores (PT) ao governo federal, este setor da sociedade brasileira passou a ocupar posição de destaque na retórica e na pauta governamental. Foi criada a Secretaria da Agricultura Familiar, lotada no Ministério do Desenvolvimento Agrário, e diversas políticas públicas destinadas a este público. Na esteira deste momento histórico de evidência da agricultura familiar, o censo agropecuário realizado em 2006 apresentou a importância deste setor, que foi identificado como responsável pela produção de aproximadamente 70% dos alimentos

¹ Médico Veterinário, MSc, Doutorando em Ciência Animal, Departamento de Tecnologia e Inspeção de Produtos de Origem Animal da Escola de Veterinária da UFMG, Caixa Postal 567, CEP 30123-970, Belo Horizonte, MG. raniercf@gmail.com

² Médico Veterinário, DSc, Prof. Adjunto Departamento de Zootecnia da Escola de Veterinária da UFMG, Caixa Postal 567, CEP 30123-970, Belo Horizonte, MG. matheusarta@yahoo.com.br

³ Engenheiro Agrônomo, DSc, Prof. Adjunto Departamento de Zootecnia da Escola de Veterinária da UFMG, Caixa Postal 567, CEP 30123-970, Belo Horizonte, MG. luciocg@vet.ufmg.br

⁴ Médico Veterinário, Mestrando em Produção Animal, Departamento de Zootecnia da Escola de Veterinária da UFMG, Caixa Postal 567, CEP 30123-970, Belo Horizonte, MG.

⁵ Médica Veterinária, MSc, Doutoranda em Nutrição Animal, Departamento de Zootecnia da Escola de Veterinária da UFMG, Caixa Postal 567, CEP 30123-970, Belo Horizonte, MG.

⁶ Graduanda em Ciências Socioambientais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFMG, Caixa Postal 567, CEP 30123-970, Belo Horizonte, MG.

⁷ Médico Veterinário, Escola de Veterinária da UFMG, Caixa Postal 567, CEP 30123-970, Belo Horizonte, MG.

⁸ Graduando em Medicina Veterinária, Escola de Veterinária da UFMG, Caixa Postal 567, CEP 30123-970, Belo Horizonte, MG.

⁹ Médico Veterinário, Mestrando em Nutrição Animal, Departamento de Zootecnia da Escola de Veterinária da UFMG, Caixa Postal 567, CEP 30123-970, Belo Horizonte, MG.

¹⁰ Graduanda em Aquicultura, Escola de Veterinária da UFMG, Caixa Postal 567, CEP 30123-970, Belo Horizonte, MG.

consumidos no Brasil, mesmo ocupando 24% da terra, uma parcela consideravelmente restrita das áreas utilizadas por empreendimentos agropecuários do país (IBGE, 2008).

A valorização e estímulo à agricultura familiar permitiu ainda evidenciar a fragilidade da capacitação de técnicos relacionados à produção agropecuária em lidar com as demandas, sistemas produtivos e políticas públicas relativas a esta parcela da população rural. Fragilidade esta que se dá como fruto da histórica relação incipiente entre a agricultura familiar, técnicos e a ciência de modo geral. O que se deve ao pouco esforço envidado pelos órgãos de pesquisa para o estudo e a resolução dos problemas que alcançavam a produção familiar. Nos poucos momentos que o fizeram foi sob uma perspectiva arrogante e errônea, de transformar as bases produtivas, ignorando os aspectos sociais, culturais e ambientais que permeavam os sistemas de produção (Martins, 2001; Prado e Ramirez, 2011). Assim, a emergência da agricultura familiar no contexto nacional é acompanhada do desenvolvimento e surgimento de núcleos e focos de técnicos e pesquisadores que buscam conhecer, compreender, valorizar e atuar de forma mais adequada com esta parcela da sociedade. Deste modo, se apresenta com importância contemporânea o aprofundamento dos conhecimentos relativos à agricultura familiar, por parte do corpo profissional das ciências agrárias, elucidando particularidades sociais, históricas, produtivas e econômicas deste setor. Ademais cabe ressaltar a permanente necessidade de apoio às camadas mais pobres do meio rural brasileiro. Neste sentido, uma publicação do governo federal no ano de 2015 compilou dados que ilustram essa necessidade:

“Um em cada quatro brasileiros que vive no campo está em situação de extrema pobreza. Esse dado, extraído do Censo Demográfico de 2010, apesar de soar como uma constante nas discussões sobre pobreza rural e desenvolvimento social no Brasil, não pode ser naturalizado. Enquanto a incidência da extrema pobreza no meio rural é de 25,5%, no meio urbano ela cai para 5,4%. O analfabetismo é da ordem de 20% no campo contra 7,7% no meio urbano e mais da metade (52,9%) da população do campo tem até quatro anos de estudo, enquanto na cidade esse número é de um quarto (25,9%). A desigualdade entre rural e urbano no acesso aos serviços de infraestrutura básica de abastecimento de água e esgotamento sanitário também demonstra as dificuldades da população que vive no campo brasileiro.” (Mello, 2015).

Pretende-se, pois, realizar um apanhado teórico sobre o campesinato e a agricultura familiar brasileira, apresentando características e particularidades sociais, econômicas e produtivas que são importantes para os profissionais que atuam junto à agricultura familiar.

Agricultura familiar, um grupo heterogêneo

O termo agricultura familiar, embora utilizado por décadas nos países desenvolvidos sob o termo "*Family farm*" no inglês e "*agriculture familiale*" ou "*exploitation familiale*" no francês, só foi incorporado e mais utilizado no Brasil após a promulgação do Estatuto da Terra em 1964. Nesta lei a "Propriedade Familiar" era definida como:

“O imóvel rural que, direta e pessoalmente explorado pelo agricultor e sua família, lhes absorva toda a força de trabalho, garantindo-lhes a subsistência e o progresso social e econômico, com área máxima fixada para cada região e tipo de exploração, e eventualmente trabalho com a ajuda de terceiros;” (Estatuto de Terra, 1964).

O surgimento do termo agricultura familiar permitiu reunir uma série de denominações que representavam grupos específicos, como pequenos produtores, arrendatários, meeiros, parceiros, posseiros, camponeses, colonos, quilombolas, povos da floresta, geraiszeiros, dentre outros segmentos excluídos do meio rural. Desta forma, a utilização deste termo representou a junção de diversos setores sociais em um mesmo grupo, o que foi relevante na unificação do discurso político deste público. Neste sentido, Schneider (2004) aponta uma das primeiras utilizações do termo nas mobilizações político-sindicais de combate ao Tratado de Assunção em 1991, que objetivou a abertura comercial para produtos agrícolas nos países do bloco Mercosul e que resultava em impactos negativos para uma parcela dos produtores rurais brasileiros. Embora tenha se mostrado importante no contexto político e de mobilização para grupos socialmente fragilizados, a unificação gerada pela adoção do termo agricultura familiar resultou em resistência de alguns pesquisadores que consideraram que o termo abrangia grupos muito distintos (Neves, 2007).

Se mostra importante, portanto, reconhecer que a categoria denominada de agricultura familiar engloba situações consideravelmente distintas. Pode-se encontrar unidades de produção pertencentes à categoria e que apresentam elevado grau de tecnificação, capitalizadas, industrializadas e mecanizadas participando ativamente em mercados pouco acessíveis, como o internacional. A categoria pode apresentar também grupos de produtores pertencentes a povos tradicionais, que se caracterizam por estruturas sociais típicas e com origens históricas, ou de características étnicas determinadas, ou ainda grupos marcados por particularidades específicas como assentados pela Reforma Agrária, alguns marcados pela histórica pobreza.

Ainda que o termo tenha se consolidado no Brasil em decorrência da unificação do discurso político e da sua recorrente utilização em países desenvolvidos, pode-se reunir conceituações que delimitam o grupo. Neste sentido, FAO/INCRA (1994) descreve

dois grupos antagônicos: agricultura patronal e agricultura familiar. Nesta proposição, utilizou-se os conceitos de gestão e trabalho como pilares fundamentais à designação de uma unidade produtora como familiar ou patronal. Na unidade patronal detecta-se completa separação entre gestão e trabalho e na unidade familiar não se dissocia trabalho e gestão do núcleo familiar. Neste sentido, FAO/INCRA (2000) estabelecem uma série de critérios para distinguir estabelecimentos patronais de estabelecimentos familiares em uma análise estatística aplicada nos microdados do Censo agropecuário de 1996 do IBGE. Para estes autores, além do trabalho familiar ter de superar a mão de obra contratada na propriedade e o produtor administrar o próprio empreendimento, lançou-se mão de um cálculo estabelecendo limites máximos ao tamanho das propriedades. Possivelmente, por se tratar de um propósito específico, sobre uma base de dados, FAO/INCRA (2000) determinaram incluir parâmetros relacionados ao tamanho da propriedade na determinação do universo produtivo familiar. Sabe-se que delimitações da categoria de produtores familiares pelo tamanho da propriedade podem ser arbitrárias e incorretas (Prado e Ramirez, 2011). Mas para finalidades legais, como discriminar o público que tenha acesso a determinado benefício ou programa social, por exemplo, torna-se fundamental a adoção de critérios objetivos que delimitem o público alvo. Assim justifica-se que em programas sociais, bem como a Lei da Agricultura Familiar (Lei n. 11.326/2006) adotem estes critérios para identificar os beneficiários.

Para Prado e Ramirez (2011), a gestão familiar do empreendimento constitui o principal parâmetro que determina o caráter familiar da unidade. Deste modo, não se suprime as possibilidades de trabalho assalariado na propriedade familiar, tampouco as arbitrariedades quanto ao tamanho da propriedade ou ao nível de capitalização ou tecnificação adotados. Sendo a gestão associada a posse dos fatores de produção, dentre eles o trabalho, o principal diferenciador da agricultura familiar da patronal.

Raízes camponesas

Ainda que marcada por profunda heterogeneidade, a agricultura familiar possui algumas características que embora não sejam fundamentais à delimitação conceitual da categoria, são importantes para a execução de trabalhos com este público. A mais importante delas é a vida em comunidade. Sobre esta característica, pode-se dizer que a organização da agricultura familiar em comunidades, se dá pela histórica má distribuição de terras no Brasil. A política desigual de distribuição de terras proporcionou a formação de grupos marginalizados, sem a posse formal da terra que se isolavam adentro do país e dependiam da autoajuda. Situações específicas que atraíram contingentes populacionais para o interior do país, como o Ciclo do Ouro nas Minas Gerais, também induziram a formação de comunidades relacionadas à produção agropecuária no Brasil.

As metodologias de assistência técnica e extensão rural (ATER) para atender a agricultura familiar devem partir do princípio do trabalho em comunidade como iniciativa potencializadora de resultados (Brasil, 2010; Prado e Ramirez, 2011). Estas comunidades possuem como características o interconhecimento entre seus membros, a presença de parentesco entre estes, a adoção de metodologias similares no empreendimento produtivo e a presença de valores culturais em comum.

Neste sentido, deve-se atentar para o fato de que as comunidades camponesas, bem como o modo de vida camponês, podem ser inscritas na rubrica da agricultura familiar. Para alguns autores os conceitos de campesinato e agricultura familiar podem ser compreendidos como equivalentes (Wanderley, 2014), embora prefira-se aqui o reconhecimento que o campesinato é apenas um dos grupos específicos que integram o grande arcabouço reunido pelo termo agricultura familiar. Esta divergência não é apenas semântica, pois ao se analisar as peculiaridades que marcam o campesinato, é possível identificar não apenas a predisposição à pobreza, mas sim condições invariáveis de exploração e assimetria na relação com o mercado que levam o camponês à pobreza. Fato que torna crucial conhecer as características do campesinato e as condições sociais destes que os levam à pobreza e à exploração.

Caracterizando o Campesinato

Camponês é um dos termos mais antigos utilizados pela literatura para abordar os contingentes populacionais das sociedades rurais desenvolvidas na era pré urbano-industrial e as áreas agrícolas de países desenvolvidos no período anterior à Revolução Verde. O termo ganhou destaque nas obras de Lenin e Engels e se tornou alvo de análises e reflexões principalmente enquadrando os camponeses como classe social. Embora tenha ganhado notoriedade na literatura, Abramovay (2012) aponta que o termo jamais foi alvo de alguma formulação teórica da literatura clássica destinada a delimitar o conceito de camponês.

Após a revolução russa e implantação do regime comunista na União Soviética, viu-se surgir um dos principais estudos que permitiu conhecer melhor a classe camponesa. Chayanov (1974) apontou que a simples concessão de terras aos camponeses não resultaria obrigatoriamente em ampliação da produção agropecuária soviética. Para este autor os camponeses são dotados de uma lógica própria na tomada de decisão em relação à produção agrícola, onde o princípio básico é o atendimento às necessidades dos grupos familiares. O camponês que tivesse maior acesso à terra não aumentaria automaticamente a extensão de suas lavouras ou criações, passa-se primeiro a uma análise das demandas familiares e do aumento da exaustão do trabalho inerente à expansão das atividades produtivas para a avaliação da necessidade ou não de ampliar a produção agropecuária.

O conceito proposto por Chayanov foi aceito por outros autores que estudam o termo, e foi naturalmente expandido para análises de populações camponesas de outras localidades. No Brasil, Abramovay (2012) também aplicou as ideias de Chayanov ao campesinato brasileiro, que embora apresente peculiaridades importantes se comparado ao campesinato africano e europeu, também apresenta uma racionalidade econômica que se distingue da empresa capitalista. Abramovay (2012) propôs que a racionalidade econômica do campesinato brasileiro também é pautada no atendimento das necessidades familiares bem como à reprodutibilidade social do grupo. Esta racionalidade da produção camponesa não pode ser negligenciada por técnicos, formuladores de políticas públicas e também por atores do poder judiciário⁸. Neste sentido é recorrente se encontrar arbitrariedades em laudos, assistências técnicas e ações de mitigação que abrangem comunidades camponesas no Brasil⁹.

Se a racionalidade econômica é um fator em comum do campesinato brasileiro com o campesinato de outras nações, o acesso à terra talvez se apresente como a principal diferença. Neste sentido, Wanderley (1996) aponta que o campesinato brasileiro teve de conviver com a hegemonia da grande propriedade que dominou os incentivos ao setor e bloqueou o desenvolvimento do campesinato brasileiro. É justamente nesta particularidade brasileira que se inscreve alguns dramas relativos ao campesinato no país. O Brasil se destaca pela desigualdade que durante a formação do espaço agrário nacional imputou em completo desbalanço cívico, onde os grandes proprietários de terra acumularam poderes político, policiais, jurídicos e econômicos impondo seus desejos sobre a população camponesa. Os camponeses, à margem da presença de um Estado justo, se viram diante de processos de expropriação que lhe imputaram a característica de errância, de fronteira, onde a insegurança quanto à posse da terra não justificava maiores investimentos na propriedade. Além do mais, sua instalação apenas foi permitida em terras desvalorizadas, cansadas e distantes das áreas de maior pretensão à grande propriedade ou que apresentassem elevados custos para o cultivo, como a supressão de matas.

Mesmo frente a tais características, o campesinato brasileiro se consolidou e proporcionou sucesso a empreitada de avanço nestas terras. Por trás deste sucesso, estão os distintos modelos produtivos empreendidos pelos camponeses. É justamente neste ponto que reside uma importante falha das ciências agrárias, que moldada para transformar a produção agropecuária em uma visão capitalista, se preocupou apenas

⁸É recorrente em decisões judiciais que abrangem comunidades camponesas no Brasil, a tomada de decisões que utilizam a racionalidade capitalista para processos indenizatórios ou afins, como por exemplo, em casos de judicialização de deslocamentos compulsórios devido à atividade mineradora ou demais empreendimentos de grande impacto socioambiental.

⁹Ver mais em Andrade 2017

em inovações capazes de multiplicar o resultado produtivo no campo. Os modelos de produção camponesa que alcançaram êxito frente a condições inóspitas e desafiadoras, foram descritos pela literatura científica em poucas oportunidades e majoritariamente em iniciativas de profissionais das ciências sociais. Neste aspecto, não faltam relatos que denunciam o despreparo de profissionais das ciências agrárias em trabalhar junto a produção camponesa, o comportamento preconceituoso frente a cultura camponesa e a insuficiência da formação técnica para o atendimento das demandas produtivas deste grupo.

“Em outro estudo, focalizei a relação conflituosa entre agentes de extensão rural e sitiantes em Sergipe. O programa de extensão, que percebia os sitiantes como “produtores de baixa renda” e não como pais, partia de uma lógica fundada na racionalidade econômica e do suposto de que os sitiantes não possuíam tecnologia, isto é, que o saber do sitiante é um não-saber” (Woortmann, 1983).

“Percebi a relação entre extensionistas e sitiantes como um processo de acusações recíprocas. Os primeiros acusavam os segundos de ignorantes e refratários a modernização. Os sitiantes percebiam o programa de extensão como sendo, em suas próprias palavras, “a dominação”, uma ingerência na autonomia do processo de trabalho. Declarando ilegítimo o saber tradicional, o programa instalou um conflito entre a ordem moral camponesa e a ordem racional e econômica moderna. Atacava-se a presença do gado no sítio sem compreender seu significado para a reprodução social do grupo e como parte das prestações associadas as trocas matrimoniais. ” (Woortmann, 1983).

“Atacava-se o saber tradicional sem levar em conta seu significado na construção social do pai de família. A imposição de pacotes tecnológicos implicava um ataque a própria condição de pai. Numa verdadeira subversão, deveriam os mais velhos -os pais de família- aprender com os mais jovens, os extensionistas, que “nem casados são”, classificatoriamente pertencentes a categoria filho. Tornando ilegítimo um saber secular, essa “dominação” significava o esvaziamento do sentido do trabalho em sua relação com a família. Implicava, de outro lado, a possibilidade de novo cativo, pois os sitiantes percebiam o perigo de se tomar cativos do Banco, visto que as inovações

propostas implicavam, necessariamente, uma subordinação ao capital financeiro.” (Woortmann, 1990).

Para além da ineficiência e da eminente relação conflituosa entre extensionistas e camponeses há que se destacar a negligência em conhecer o saber camponês que possibilitou a reprodução social deste grupo, mesmo em condições adversas. Assim, passa-se a discutir, mesmo no século XXI, a eficiência da produção camponesa, que se mostra em maior sintonia com as questões ambientais, econômicas e sociais que assombram o modelo produtivista engendrado pela produção agropecuária dominante. Modelos produtivos de base camponesa podem ter sofrido corrosão cultural devido à negligência científica de técnicos e pesquisadores das ciências agrárias e pela formação ideológica que passou a identificá-lo como ultrapassado, arcaico e digno de superação para o desenvolvimento do país.

Os relatos sobre a produção camponesa apontam para estratégias verdadeiramente complexas e comprometidas em atender as demandas familiares, permitindo a reprodução social deste modo de vida, incluindo a manutenção dos recursos naturais. Sua base produtiva é a diversidade de culturas e criações desenvolvidas pelos núcleos familiares. Dentre as culturas vegetais, Garcia Jr e Heredia (2009) destacam a estratégia de se alocar estratos de terra na propriedade com culturas de periodicidades diferentes, garantindo a alocação de trabalho, de colheita e entrada de capitais em diversas épocas do ano. Ademais, são cultivadas espécies vegetais destinadas ao consumo familiar, como arroz, feijão, milho e mandioca, mas que também têm seus excedentes comercializados.

Garcia Jr e Heredia (2009) alertaram sobre a comercialização de excedentes, segundo os autores esta é guiada por estratégias que garantam a reprodução do grupo familiar mesmo que o ambiente comercial sofra grandes variações em desfavor a estes produtores. É mister lembrar que as tecnologias de conservação de alimentos são onerosas e relativamente recentes, como os equipamentos elétricos de refrigeração e silos de armazenamento, assim o campesinato brasileiro utilizava técnicas alternativas e mais baratas, como uso do paiol para grãos e uso de banha de porco para conservação de alimentos cárneos, por exemplo. Deste modo, o camponês estrategicamente pode transformar parte de sua produção alimentícia em dinheiro ou armazená-la para posterior comercialização. Neste caso, o volume produzido será somente aquele que permita esta flexibilidade entre o consumo e a venda dos produtos. Paralelamente às culturas destinadas ao consumo familiar, tem-se também a produção de itens destinados ao mercado (Garcia JR e Heredia, 2009). Outra característica da produção camponesa é o acesso às matas para a extração de lenha, peixes, animais silvestres de caça (Woortmann, 1983), plantas medicinais, materiais para artesanato, plantas ornamentais e alimentícias não convencionais. Relata-se ainda as estratégias de uso de

terras específicas em comum, como as chapadas para criar o gado “na solta” (Silva, 1996).

Woortmann (1983) ao descrever o campesinato sergipano, demonstra a complexidade sócio-produtiva empreendida por este grupo social que lança mão de engenhosa estratificação de suas terras. Assim relata-se os diversos *lócus* encontrados no sítio camponês, como o chão de roça e/ou a malhada que são áreas destinadas à produção em sistema de rotação de terras e pousio. Desta forma, tem-se as áreas de pousio que são chamadas de capoeiras finas, as áreas que já foram utilizadas como chão de roça e se tornaram área de cultivo de palma para o gado. As áreas de palma são tomadas pela vegetação natural e chamadas de “mato”. Há ainda o pasto, a casa de farinha, a capoeira grossa dentre outros *lócus* de função sócio-produtiva bem delineada pela tecnologia camponesa. Assim como descrito pelos autores supracitados, existem outros relatos que demonstram como o camponês brasileiro construiu modelos produtivos complexos e detalhados. Cada um adaptado as condições sociais e ambientais que envolviam as propriedades.

As distintas tecnologias produtivas camponesas no Brasil se estabeleceram de norte a sul, produzindo desde vinhos, maçãs, geleias e doces, passando por queijos e produtos cárneos, cachaça, rapadura, farinhas, quitandas e mais uma infinidade de produtos hoje reconhecidos como típicos nas diversas regiões brasileiras. Desperta interesse ainda, a constatação de como estas tecnologias produtivas estiveram sincronizadas com os anseios sociais do grupo. Neste sentido, Wolf (1976) relata a constituição dos fundos, que são verdadeiras reservas de valor empreendidas pelo camponês para viabilizar situações específicas como cerimônias religiosas, festas, acesso à terra, dentre outros. Logo, algumas produções como a pecuária e a criação de suínos serviam como uma poupança que a família poderia acessar em momentos de maior necessidade de capital.

Diante das particularidades do modelo produtivo camponês, pode-se entender que a atuação de profissionais das ciências agrárias, voltadas à conversão do camponês em produtor moderno, tenha falhado no Brasil. A reflexão é simples: quais razões teria o camponês para transformar seu empreendimento em uma produção especializada, em monocultura, com elevado endividamento, se tornando refém de insumos externos em um mercado que o explora ao máximo? Afinal, como já discutido, sua projeção ao mercado é desigual e injusta. O que imputa dizer que há um risco permanente de não se alcançar a reprodução social do grupo, seja por uma adversidade climática, sanitária, ou de natureza mercadológica, implicando em risco ao modo de vida camponês.

Neste aspecto, são inúmeros os motivos para uma escolha racional de se negar os modelos produtivistas modernos trazidos por técnicos extensionistas. Resta lamentar que tais barreiras tenham impedido uma relação benéfica entre campesinato e

extensionistas, afinal, inúmeras são as possibilidades de se contribuir com este setor. Foram negligenciadas possibilidades de trabalhos em prol da inclusão do camponês, como luta por regularização fundiária, acesso a políticas públicas, acesso a direitos como saúde e educação, promoção de infraestrutura local que favorecesse o setor e ainda ações em prol da produção camponesa e ao escoamento desta produção (Van Der Ploeg, 2006). Também se perde a oportunidade do desenvolvimento de pesquisa e o melhor aproveitamento de reservas genéticas, animais e vegetais mantidas no contexto do campesinato. A própria lógica de mercado do camponês, com a transformação da produção camponesa em mercadoria, mereceria melhor conhecimento por parte dos técnicos, uma vez que se configuram em estratégias alternativas de maior segurança comercial, muito embora tenha se desenvolvido em contextos de extrema exploração.

Campesinato e pobreza no Brasil

Uma vez que o campesinato se caracteriza por integração parcial, fragilidade institucional e produção agropecuária diversificada, a inserção dos artigos produzidos por este grupo no mercado acontece de maneira imperfeita. Se este era um dos aspectos que mais careceram de auxílio junto da extensão rural, é de se lastimar que pouco ou nada foi feito para promover a inserção do camponês em mercados com menores graus de imperfeição. Abramovay (2012) aponta a presença de atravessadores que atuam viabilizando a comercialização da produção camponesa no mercado. Entretanto observa-se que tal imperfeição resulta em condições de exploração do camponês. Uma vez que o cerne da racionalidade econômica deste grupo não é o lucro e que as relações pessoais e aspectos relativos aos códigos de conduta das comunidades são mais importantes que as relações jurídicas e mercadológicas, tem-se no atravessador um personagem que materializa a exploração da produção camponesa.

Abramovay (2012) chama de agente antagônico ao personagem que participa desta sociedade parcial –a sociedade camponesa– mas que não partilha das condições sociais desfavoráveis do camponês. O agente antagônico atua como elo da produção camponesa com os mercados externos às comunidades locais. Na prática, este agente antagônico materializa a assimetria, a apropriação exploratória dos mercados frente à condição camponesa. É neste aspecto que se tem a Limitação da Racionalidade Econômica do camponês, e frente a isto alguns autores como Prado e Ramirez (2011) defendem a atuação do extensionista promovendo a conversão do camponês em agricultor familiar livre desta injunção social e apto a prosperar. Neste sentido, os autores utilizaram trabalhos como o de Ellis (1988) que propõem que a ruptura do modo de vista camponês depende de:

- ✓ Prover a disponibilização de acesso ao crédito. Por mais que já se tenha políticas públicas como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), sabe-se que o acesso ao crédito, principalmente por parte dos

produtores mais desfavorecidos, é por vezes dificultado devido à atuação incorreta de agentes operadores do programa ou pelo simples desconhecimento de tais ferramentas pelo público alvo;

- ✓ Estabelecer acesso livre à rede de informações. O fato do camponês viver em sociedades parciais e com cultura parcial, gera um relativo isolamento do camponês, com restrição ao acesso a informações de importância, como situações de mercado, conhecimento de políticas públicas, oportunidades diversas, recomendações técnicas, dentre outros;
- ✓ Acesso a canais de compra e venda justos. Embora a produção camponesa se baseia na pouca utilização de insumos, os itens adquiridos no mercado são aqueles que normalmente são impossíveis de se obter de outra maneira que quase sempre seja pela compra. Se os canais de comercialização são injustos a compra destes insumos apresentará grande custo aos camponeses, obrigando a maior integração ao mercado para a venda dos produtos. Esta maior integração deixaria os camponeses vulneráveis a explorações mais intensas na venda dos produtos. Para evitar este quadro de vulnerabilidade, situações de imperfeição nos mercados leva-os ao menor consumo. Os prepostos locais e os agentes antagônicos agem como intermediários de comerciantes maiores ocasionando quadro de monopólio na compra e venda dos produtos das comunidades, fato que agrava o quadro de miséria em que vivem.
- ✓ Acesso à terra. É condição básica à produção agropecuária. Como já discutido, a particularidade brasileira em impor limitações ao acesso à terra acarreta situações de exploração ao campesinato.
- ✓ Infraestrutura e transporte. Pode-se dizer que a infraestrutura é um problema que atinge não somente os grupos camponeses no Brasil. Até mesmo a grande propriedade reclama das dificuldades de transporte e da logística no país. Entretanto, dado às condições econômicas ruins, pode-se dizer que a agricultura familiar e o campesinato sofrem em maior intensidade os efeitos da falta de infraestrutura para o escoamento da produção e o acesso a insumos. Além disso em condições de acesso restrito às comunidades, carências fundamentais como acesso a serviços de saúde, educação e outros serviços públicos, pode-se ter a implementação de iniciativas privadas que contornem estas carências. Porém, comumente estas iniciativas se utilizam dos códigos de conduta das comunidades camponesas e exercem a exploração do grupo.

Assim, tem-se um conjunto de variáveis que devem compor o leque de ações daqueles que se propõem em trabalhar junto ao campesinato brasileiro e que partilhem do desejo de facilitar o alcance de melhores condições de vida para esta população. A rigor pode-se dizer que o campesinato brasileiro não dispõe das mesmas condições experimentadas antes da implementação dos pacotes da revolução verde pela política de Modernização Conservadora, executada durante o regime militar no país. Assim, se

outrora foi possível atender aos anseios familiares camponeses, atualmente não é tarefa fácil. A valorização de terras agrícolas, o suporte estatal à grande propriedade e a busca pelo êxodo rural acarretaram em processos de expropriação camponesa, relatado por diversos autores (Woortmann, 1983; Woortmann, 1990; Martine, 1991; Silva, 1996). Outro aspecto relevante que explica as maiores dificuldades à produção camponesa em não compor estatísticas de pobreza no campo é o valor da produção agropecuária após a efetiva implantação do modelo produtivista no Brasil. Assim os itens agropecuários desfrutam de valores consideravelmente inferiores aos praticados décadas atrás, o que resulta em menor arrecadação por unidade vendida. Por isso, é coerente dizer em pobreza associada à condição camponesa no Brasil.

Posto o quesito central de que a produção camponesa não objetiva prioritariamente a obtenção de lucro é importante se discutir a pobreza nas comunidades camponesas. Pode-se dizer que há diferença na concepção de pobreza e riqueza de camponeses comparada à visão da sociedade urbano-industrial e capitalista. Assim, a concepção de pobreza adotada por técnicos envolvidos com estes grupos, pode não encontrar respaldo na percepção dos camponeses, da mesma forma que a concepção de riqueza empreendida pela sociedade em geral pode confrontar o entendimento camponês. Assim assinala Zhouri e Oliveira (2007):

“Neste sentido, destacamos alguns depoimentos dos moradores “atingidos”, para os quais as ideias de riqueza e pobreza assumem significados distintos daqueles articulados pelos defensores de um modelo industrial voltado para o mercado de exportações.”

Deus olha para o povo e tem em aberto uma porta para nós. Apesar da nossa fraqueza, da nossa pobreza, temos aqui uma grande riqueza, que é o acesso aos rios, às lavras, os garimpos, diamante, ouro, verduras e muitas outras coisas como vimos aí... (Depoimento de um morador atingido pela Usina Hidrelétrica de Murta na Audiência Pública realizada em 15/10/2002, grifos originais).

“Nota-se que os sentidos de fraqueza e pobreza estão associados ao reconhecimento de uma condição de carência em relação à imagem de desenvolvimento industrial. Por outro lado, há a enunciação de uma riqueza relacionada aos atributos ambientais existentes e necessários para a sobrevivência e manutenção de seu modo de vida que, nesta região, combina a lavra artesanal à agricultura familiar.” (Zhouri e Oliveira, 2007).

Cabe assim defender metodologias e trabalhos que pautem o fortalecimento do produtor camponês e de sua libertação frente às amarras exploratórias. Não se defende a imposição de concepções da sociedade urbano-industrial, mas sim o ataque às estruturas sociais que se aproveitam da condição camponesa e o forçam a reduzir sua qualidade de vida.

Considerações finais

O campesinato brasileiro é uma estrutura sócio-produtiva que logrou êxito em habitar regiões desafiadoras, sempre sobre a sombra da grande propriedade, que enraizada nas estruturas de poder, dominou a esfera pública e os espaços de socialização do Brasil.

Sintonizar o saber científico praticado nas ciências agrárias com os saberes e demandas do campesinato e da agricultura familiar brasileira é tarefa que deveria ter sido realizada há décadas. Mesmo com atraso, essa sintonia ainda se mostra promissora, podendo interferir nas condicionantes estruturais que promovem a pobreza no meio rural, fazendo valer das recentes arquiteturas políticas desenvolvidas nas esferas governamentais para promover o setor no Brasil.

Todo o trabalho de Assistência Técnica e Extensão Rural no Brasil voltado ao atendimento dos imperativos da Agricultura Familiar devem superar os modelos que tenham por base o produtivismo e ser desenvolvido por meio de metodologias grupais e em comunidades.

CAPÍTULO 4:

O PROTAGONISMO DO CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL (CMDRS) NA DEMOCRATIZAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O MEIO RURAL

Ranier Chaves Figueiredo¹, Matheus Anchieta Ramirez², Lúcio Carlos Gonçalves³, Alan Figueiredo de Oliveira⁴, Dalvana dos Santos⁵, Agatha Bacelar Rabelo⁶, Rafael Araújo Meneses⁷, Guilherme Lobato Menezes⁸, Mariana Brito Gomes⁹, Anaís de Castro Benitez⁹

Introdução

Entender a importância ou a necessidade do estabelecimento de instituições oficiais que levem a cabo a participação social na esfera política brasileira é compreender a profunda crise social que separa a população das políticas públicas e de seus representantes. Na sociedade atual, há a percepção de que a classe política nacional tem origens externas à massa da sociedade brasileira e que a população, de modo geral, não projeta nada em comum entre a sociedade e os seus representantes. A estranheza se aprofunda quando se considera ainda que o regime de escolha desses representantes, que acontece pelo voto popular e obrigatório.

Não é objetivo deste capítulo discutir os motivos que levam o distanciamento entre representantes políticos e a sociedade na conjuntura específica do Brasil, entretanto, é necessário compreender que o distanciamento da sociedade com a política e as esferas de governo é uma resultante histórica, intimamente ligada a governos autoritários e à histórica colonização do país, marcado pelo patrimonialismo estatal.

¹ Médico Veterinário, MSc, Doutorando em Ciência Animal, Departamento de Tecnologia e Inspeção de Produtos de Origem Animal da Escola de Veterinária da UFMG, Caixa Postal 567, CEP 30123-970, Belo Horizonte, MG. raniercf@gmail.com

² Médico Veterinário, DSc, Prof. Adjunto Departamento de Zootecnia da Escola de Veterinária da UFMG, Caixa Postal 567, CEP 30123-970, Belo Horizonte, MG. matheusarta@yahoo.com.br

³ Engenheiro Agrônomo, DSc, Prof. Adjunto Departamento de Zootecnia da Escola de Veterinária da UFMG, Caixa Postal 567, CEP 30123-970, Belo Horizonte, MG. luciocg@vet.ufmg.br

⁴ Médico Veterinário, Mestrando em Produção Animal, Departamento de Zootecnia da Escola de Veterinária da UFMG, Caixa Postal 567, CEP 30123-970, Belo Horizonte, MG.

⁵ Médica Veterinária, MSc, Doutoranda em Nutrição Animal, Departamento de Zootecnia da Escola de Veterinária da UFMG, Caixa Postal 567, CEP 30123-970, Belo Horizonte, MG.

⁶ Graduanda em Ciências Socioambientais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFMG, Caixa Postal 567, CEP 30123-970, Belo Horizonte, MG.

⁷ Médico Veterinário, Escola de Veterinária da UFMG, Caixa Postal 567, CEP 30123-970, Belo Horizonte, MG.

⁸ Médico Veterinário, Mestrando em Nutrição Animal, Departamento de Zootecnia da Escola de Veterinária da UFMG, Caixa Postal 567, CEP 30123-970, Belo Horizonte, MG.

⁹ Graduanda em Medicina Veterinária, Escola de Veterinária da UFMG, Caixa Postal 567, CEP 30123-970, Belo Horizonte, MG.

Assim, o desenrolar da história no Brasil apresenta um momento de guinada com a redemocratização do país na segunda metade da década de 1980. Este processo contou com importante participação social e resultou na promulgação de uma nova Constituição Federal sintonizada com os imperativos democráticos e com anseios reclamados pela sociedade brasileira. Neste sentido, a nova Constituição marcou a descentralização política no país com fortalecimento das administrações municipais e o estabelecimento de conselhos municipais que garantissem a participação popular na esfera de governo mais próxima ao cidadão, o município.

Relacionado à agenda rural, o Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável (CMDRS), foi determinado como órgão que reuniria as camadas da agricultura familiar e espaço agrário local. Esse conselho deve ser composto em sua maioria por agricultores familiares e em segundo plano por representantes do poder público local, técnicos de extensão rural e eventuais outros integrantes. Cabe ao conselho, como órgão deliberativo, atuar na política rural do município, elaborando o Plano Municipal de Desenvolvimento Rural composto por projetos e programas que ditam a política agrícola do município. Este conselho, naturalmente, acompanha a execução do mesmo e avalia seus resultados.

Pretende-se, pois, discutir a importância dos conselhos municipais de desenvolvimento rural sustentável na administração pública brasileira, abordando a urgência de empoderamento de tal órgão, sua importância frente ao contexto histórico nacional e os desafios que o limitam.

Histórico de controle da esfera pública brasileira

O controle da esfera pública pela elite no Brasil remete ao histórico de colonização implementado nestas terras. Calcado no modelo conhecido como *plantation*, guiado sob a tríade trabalho escravo, latifúndio, cultura de exportação, forjou-se no seio da sociedade brasileira uma camada elitizada, detentora da terra e poder. Ainda no Brasil colônia a posse da terra estava atrelada a posse e cabedais, e ao bom relacionamento com o governo da metrópole que distribuía a terra segundo o compromisso do monarca junto a uma elite. A população sem acesso formal à terra tinha que se submeter aos grandes proprietários rurais em troca de terras para cultivos de subsistência e pequenas vendas, que abasteciam com alimentos o mercado local. Formou-se assim, uma franja de pequenas propriedades que circundavam e abasteciam o latifúndio. Essas se estabeleciam sob a permissão do patronato local, que além de deter a posse legal das imensidões territoriais, despojavam ainda do papel de Estado naquela redondeza. Mas, esta população livre além do fornecimento de produtos e força de trabalho, deu origem a forças paramilitares garantindo poder político e de mando à grande propriedade. Quanto maior a extensão das terras, maior a população livre que se abrigava sob a égide

da grande propriedade, culminado com maior força política acumulada pelo proprietário fundiário.

Este arranjo estabelecido nos finais do século XVI foi reforçado com a criação da Guarda Nacional logo após a independência do país e por sua Lei de Terras, em meados do século XIX. Os eventos sucessivos contribuíram para reforçar este quadro. Neste sentido, Garcia (2003) descreve:

“No início do século XX, o espaço físico e o poder social estão concentrados pelos detentores de grandes plantações voltadas para cultivos destinados aos mercados internacionais, particularmente à Europa e aos Estados Unidos da América. Lavouras como café, cana-de-açúcar, algodão, borracha, cacau, fumo são responsáveis por mais de 85% das exportações brasileiras, posição que ocupam desde a primeira metade do século XIX (Eisenberg, 1977). A execução das ordens emanadas das casas-grandes, emitidas por senhores-de-engenho, usineiros ou fazendeiros, supõe o recrutamento de mão de obra sob formas diversas de dominação personalizada (Palmeira,1971; Palmeira, 1976), como nos casos dos moradores de engenho (Sigaud, 1980), dos colonos de café (Martins, 1986) ou dos agregados e vaqueiros do interior do país. Os movimentos da plantation controlam a apropriação do espaço físico: só há desenvolvimento de campesinato em áreas periféricas ou marginais à “grande lavoura” (Heredia, 1979; Garcia Jr., 1983) ou expressamente destinadas a fluxos de imigrantes europeus, atraídos por políticas que tinham tanto finalidades econômicas quanto o objetivo de promover o “branqueamento” da população, como se observa no Vale do Itajaí em Santa Catarina (Seyferth, 1974) e na Serra gaúcha (Garcia, 2003)`. ”

Este quadro histórico demonstra como se estabeleceram as oligarquias no território brasileiro que por séculos detiveram o controle da terra, do capital, do trabalho e do poder. Impuseram os desejos individuais e familiares ao contexto público, se apropriaram do Estado, sem diferenciação do público *versus* privado e sem submissão a um poder judiciário justo e independente, uma vez que este estava associado a guarda nacional e a seus coronéis.

Com o avançar da história, o controle político dos latifundiários foi ampliado até culminar no Golpe Militar de 1964, que contou com o apoio e a intervenção deste grupo, denominado “ruralista”. Assim, a posse de grandes propriedades rurais no Brasil favoreceu a ampliação do poder e representatividade política dos grandes proprietários de terras durante o período de exceção e ainda foi capaz de mantê-lo durante e após a

redemocratização. Não obstante, atitudes relativas à participação popular na administração pública, solicitações ou manifestações que não enalteciam o governo militar ou entidades coletivas organizadas contrárias ao regime e à grande propriedade rural, foram reprimidas.

Neste quadro pode-se afirmar que o autoritarismo, mandonismo, clientelismo, paternalismo e patrimonialismo observados fartamente na sociedade brasileira são de origem rural. As ingerências políticas, a dominação exercida por grupos socialmente elitizados, a cooptação das camadas populares será sempre mais grave neste ambiente, se configurando como poder local. Estas grandes propriedades rurais passam a exercer poder sobre a economia, o mercado de trabalho e na política local. Alguns grupos ou famílias exercem poder sobre a população e o desbalçando cívico entre os cidadãos compete para o desenvolvimento de populações oprimidas por histórica desigualdade social.

Na tentativa de redemocratização do país a partir da segunda metade da década de 1980 foi instituída política de conselhos municipais. Estas seriam instâncias de discussão política municipal com objetivo de democratização das políticas públicas municipais, minando o poder das oligarquias locais e também a descentralização das decisões políticas do país, passando do poder federal para as instâncias municipais, com forte participação popular. A criação dos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural Sustentável (CMDRS) seria de importância fundamental para romper o poder das oligarquias latifundiárias. A atuação destes seria especialmente benéfica para os setores mais socialmente excluídos do campo, reconhecidos genericamente como Agricultura Familiar.

O Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural – CMDRS

Após o Golpe Militar com o Estado marcado pelo caráter autoritário, houve a centralização do poder na esfera federal e o efetivo bloqueio a qualquer forma de participação popular. A centralização de recursos e do poder decisório nesta esfera subordinaram fortemente as instituições estaduais e municipais a um plano político central. No final da década de 1970 e início de 1980 estabeleceu-se grande insatisfação no país devido ao caráter centralizador do Regime Militar, crise econômica, pressão da comunidade internacional em torno das arbitrariedades, tortura, perseguições, suspensão dos direitos civis dos cidadãos e também crescente número de pessoas no estado de pobreza extrema e fome no país.

“Um conjunto de iniciativas que redundaram em estímulo à constituição de mecanismos de participação teve como protagonistas alguns governos municipais. No final da década de setenta, em municípios de pequeno e médio porte, em geral governados por opositores do regime militar, prefeitos, seus

secretários e assessores, implementaram políticas inspiradas pelos princípios de ampliação da provisão pública de bens e serviços a populações pobres, e de envolvimento de cidadãos e usuários no processo de decisão política.” (Côrtes, 2005).

Tendo em vista que a instituição de conselhos visa maior participação popular, previa-se uma nova gestão de políticas públicas no Brasil, com participação popular nos processos de formulação e implementação das mesmas e também na fiscalização das ações do Estado. No último caso, com maior chance de direcionamento e utilização correta das verbas nos municípios.

“Sabe-se que a participação dos agricultores familiares na definição e gestão das políticas públicas de desenvolvimento rural é elemento fundamental para a democratização das esferas governamentais.” (Vaz de Moura, 2007)

Os Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural Sustentável (CMDRS) foram criados para possibilitar a participação efetiva dos agricultores familiares na definição e gestão das políticas públicas de desenvolvimento rural no nível municipal. Esta atuação contribui com o processo de democratização das políticas para o campo pela atuação dos segmentos excluídos. Empoderaram-se os produtores familiares como co-gestores das políticas municipais para o meio rural, dando a eles proeminência nas decisões políticas (Ferreira, 2007). A implementação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) na década de 1990, foi determinante para estimular a participação do agricultor familiar na esfera política municipal. O PRONAF, em uma de suas linhas de crédito, determinava a criação de um Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural (CMDR), que com o passar dos anos incorporou o “Sustentável” à sigla (CMDRS).

A necessidade de maior participação da Agricultura Familiar para a formulação de políticas públicas e redução das desigualdades sociais se faz necessário quando se observa que no Brasil 66% das pessoas no meio rural vivem com até metade de um salário mínimo (IBGE, 2011). O resultado deste quadro é o fato de que 25% da população que vive no campo ser considerada pobre, onde estima-se que o Brasil tenha aproximadamente 7,6 milhões de miseráveis no campo (MDA, 2015). Assim, no Brasil o meio rural concentra a pobreza fazendo necessárias ações específicas para se corrigir este quadro.

O CMDRS pode ser entendido como uma ferramenta que possibilita a relação direta entre os agricultores familiares e as políticas públicas municipais, nas quais as necessidades dos agricultores podem ser atendidas de acordo com suas demandas. Estes conselhos ainda representam redução no custo da formulação de políticas

públicas, a maior eficiência destas e também uma forma de compromisso da população com a implementação, o controle e a fiscalização destas ações demandadas por ela.

A função do CMDRS seria, então, formular a política municipal de Desenvolvimento Rural. Esta política é estabelecida pelo Plano Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável (PMDRS), uma deliberação política para desenvolvimento rural nos municípios. A criação deste plano é tão importante quanto a existência do Conselho.

Os conselhos municipais devem ser compostos por entidades representativas dos agricultores familiares, de trabalhadores assalariados rurais, por entidades da sociedade civil organizada, órgãos do poder público (municipal, estadual e federal) e organizações não governamentais comprometidas com a agricultura familiar e com o desenvolvimento rural (social, econômico, cultural, político e ambiental). O adequado funcionamento dos conselhos depende de uma articulação entre estes atores sociais que proporcione condições à efetiva e legítima gestão social e do controle das políticas públicas (MDA, 2005).

Uma característica importante destes conselhos diz respeito a necessidade da maioria absoluta ser diretamente ligada aos agricultores familiares, o que em tese daria sempre a preeminência deste grupo nas deliberações do conselho. Já a Presidência do CMDRS será exercida por qualquer um dos membros eleitos pelo plenário. Cabe ressaltar que em alguns municípios a presidência do CMDRS deve ser exercida obrigatoriamente por representantes da Agricultura Familiar. O CMDRS deve também contemplar a diversidade na sua composição, buscar a participação de representantes dos jovens, das mulheres, dos quilombolas, dos indígenas e demais populações tradicionais existentes no município, fato que contribui para maior legitimidade e eficácia das ações (MDA, 2005). Estas são condições fundamentais para que os Conselhos Federal e Estadual de desenvolvimento rural possam reconhecer os CMDRS como legítimos para a atuação política.

De acordo com Abramovay (2001) um conselho marcado fundamentalmente pela presença de políticos, de sindicalistas, de cooperativas e com tímida participação das associações locais de Agricultores Familiares corre fortemente o risco de ser apenas um local de transmissão de recursos, deixando de ser um fórum de debates de questões importantes para o planejamento do desenvolvimento rural. Com a participação efetiva dos produtores e a formulação por eles da política agrária municipal, aquela tendência histórica de concentração de poder nas grandes propriedades e a dinâmica de dominação local seriam superadas (Prado e Zauli, 2004). Fator primordial para a democratização das ações públicas no meio rural e para superação das desigualdades.

O CMDRS deve se articular de forma verticalizada e direta com o Conselho Nacional e o Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável. Tal estruturação

implicaria na efetivação da participação dos agricultores familiares e de suas demandas na formulação das políticas estaduais e federal para o setor.

Os Conselhos Estaduais de Desenvolvimento Rural Sustentável, ou seus equivalentes, devem ter como diretrizes a articulação com os diferentes níveis de governo e entidades participantes da sociedade civil visando a proposição, análise e monitoramento das políticas públicas e ações inerentes ao desenvolvimento sustentável da Agricultura Familiar e da Reforma Agrária nos estados (Minas Gerais, 2012). Destaca-se a importância da comunicação entre os Conselhos municipal e estadual, que deveria buscar atender as necessidades das comunidades rurais, assim como acompanhamento e monitoramento de suas ações em cada município, além de apoiar os conselhos municipais institucionalmente.

Como exemplo, em Minas Gerais o Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural e Agricultura Familiar (CEDRAF-MG) tem a função de captar as demandas dos diversos conselhos municipais do estado e construir a política estadual de desenvolvimento rural, que partiria das demandas dos produtores em seus municípios. Resende et al. (2014) analisaram a composição do CEDRAF-MG em dois mandatos, 2001-2003 e 2003-2005 e revelaram que este conselho não atendeu a determinação de possuir como maioria absoluta representantes da Agricultura Familiar e que na indicação dos componentes do conselho havia uma distorção nos representantes deste setor. Sua composição mostra que as deliberações deste não atenderiam o requisito básico da demanda por parte da agricultura familiar, estando assim, fadado ao fracasso.

Já o Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (CONDRAF), foi criado em 1999 com o objetivo de propor diretrizes para as formulações e as implementações de políticas públicas para o meio rural em nível nacional. O CONDRAF propõe diretrizes e atribuições para os Conselhos de Desenvolvimento Rural Sustentável nos diferentes níveis de atuação, isto é, municipal e estadual. Sendo assim, faz as recomendações para o processo de criação ou reformulação de Conselhos para o meio rural, notadamente aqueles referentes à proporcionalidade e pluralidade da representatividade. Sua função seria de agrupar as demandas dos diversos conselhos estaduais, que deveriam vir das comunidades para os CMDRS e deste para o órgão estadual. Além de acompanhar e auxiliar as ações dos conselhos em seus estados.

Percebe-se que se a ação dos conselhos municipais e se a mobilização nas comunidades forem falhas os conselhos estaduais e federais perdem seu significado e poder de ação ocasionando possibilidades de distorções como aquela vista na formulação do conselho estadual de Minas Gerais (Resende, et al, 2014).

Limitantes que concorrem ao protagonismo do CMDRS

Alguns autores que pesquisaram a participação popular nas administrações públicas demonstraram que existem problemas referentes à capacitação de atores da sociedade civil em desempenhar o papel de conselheiro (Presoto e Westphal, 2005). Quando estendemos esta constatação à agricultura familiar, componente majoritária dos conselhos municipais, evidencia-se um quadro preocupante. Sabidamente o meio rural brasileiro dispõe de carências básicas à população, como menor acesso a transporte público e educação, além de concentrar menor rendimento *per capita* e dificuldades de locomoção e infraestrutura. Se a sociedade brasileira é marcada por deficiências básicas que se relacionam à menor capacitação de atores sociais para a função de conselheiros, pode-se dizer que no meio rural estas deficiências são ainda mais graves. Isto não quer dizer que a participação política de agricultores familiares deve ser desestimulada, muito ao contrário, é necessário se pensar em ações públicas bem estruturadas para adequar a atuação dos conselhos municipais às características de seu público. Deve-se conceber estímulos públicos a programas ou ações que objetivem contribuir com a capacitação de conselheiros para o CMDRS. A potencialização do capital humano para se alcançar o desejado protagonismo do CMDRS passa também pela politização dos conselheiros.

Não se pode negligenciar que o conselho é um espaço de disputa política, onde o contraditório deve se fazer presente e ser debatido (Souza e Caume, 2008). Não obstante, o meio rural brasileiro é marcado pelo privilégio estatal a uma elite minoritária e a transformação deste contexto não se dará de maneira anímica ou natural. Os conselheiros devem compreender que a disputa é algo natural, salutar e que não deve ser dissimulada, embora normalmente seja. Neste ponto, evoca-se as contribuições de Prado e Ramirez (2011) que apontaram que o agricultor familiar preparado para representar sua classe, sua comunidade, é por si, um ser de consciência coletiva. A qual exige postura calculada e militante, portanto diferente do espontaneísmo e do individualismo.

Para que os conselhos municipais exerçam o papel que se espera deles um fato que merece destaque é a necessidade de mobilização dos produtores em suas comunidades (Prado e Ramirez, 2011; Ramirez e Figueiredo, 2012). As demandas dos representantes da agricultura familiar no CMDRS, se não forem respaldadas por um processo amplo de discussão nas comunidades não passarão de demandas individuais. Serão ainda demandas de setores excluídos, mas não podem ser classificadas e entendidas como demandas socialmente estruturadas. Um CMDRS forte e atuante demanda a organização dos produtores em suas comunidades e a captação pelo conselho destas demandas sociais (Abramovay, 2001).

Desta forma é de se esperar que o Conselho, quando efetivo, seja alvo de profundos ataques. Tanto na esfera político-ideológica da sociedade local como também das ações emanadas deste órgão. Os conselheiros representantes das minorias

historicamente beneficiadas frequentemente tentam cooptar a agenda do órgão e utilizar do prestígio social que essa camada exerce sobre a sociedade local, inibindo a atuação das camadas historicamente alijadas.

“Uma das diferenças estruturais marcantes é o fato de os pequenos produtores nunca terem participado de um espaço de elaboração de políticas públicas como é o caso dos conselhos municipais, ao contrário dos grandes produtores que sempre influenciaram as políticas agrícolas. Sendo assim, estes últimos podem ter maior capacidade de influenciar as discussões e decisões no Conselho. ” (Vaz de Moura, 2007)

Não raramente se observa situações em que, mesmo que não pertencente à classe dos trabalhadores rurais, o executivo municipal deseja e busca ouvir a agricultura familiar local, mas a predisposição de enfrentamento ou a desorganização do setor resultam em demandas pulverizadas, focadas em particularidades relacionadas ao universo mais individual do que coletivo. Assim não se encontra consenso nas ações empreendidas pela administração que se vê propensa a lançar mão de raciocínios eleitoreiros ou de outras naturezas afins para a aplicação dos recursos públicos.

Nestes ambientes marcados pela ação coletiva ineficiente da agricultura familiar, existe a tendência de fragmentação do setor em grupos de afinidade que acabam por competir pelos mesmos espaços, minorando a força local do setor e referendando a supremacia política dos setores mais abastados da sociedade local. Freire (1987) alertou sobre a ação de dividir para conquistar, onde as classes pobres não se toleram e exercem disputas predatórias internas que facilitam o controle da agenda pública pelas elites.

Por fim não se pode deixar de discutir o despreparo de agentes públicos e principalmente, para este trabalho, o despreparo dos profissionais das ciências agrárias em participar deste importante espaço relativo ao setor agropecuário brasileiro. Observa-se um posicionamento inocente deste profissional que acredita trabalhar exclusivamente com a dimensão técnico-produtiva e assim optar em não participar de espaços como este. E quando o faz ainda tende a fazê-lo sob o pretexto clientelista de dobrar a realidade aos interesses do patronato local. Embora não se possa deixar de apontar que o profissional das agrárias normalmente também é uma figura frágil frente a concentração de poderes e prestígios do grande produtor, em casos que as circunstâncias permitem, comumente este profissional não se apresenta devidamente capacitado a participar deste espaço. Defende-se aqui que o técnico das ciências agrárias, quando capacitado e por consequência consciente da trajetória histórica, social e produtiva dos setores que elencam o universo rural brasileiro é um profissional de grande valia para o protagonismo dos conselhos municipais.

Os conselhos municipais podem sofrer a influência dos políticos locais. Nestes casos o poder político municipal pode manipular os conselhos em sua formação e/ou atuação para atenderem aos seus interesses. Assim, os conselhos deixam de ser ambientes de debate democrático de ideias e passa a atuar na manutenção e concentração de poder político nos líderes municipais.

Deste modo, é parte do trabalho de extensão rural a capacitação dos agricultores familiares para a participação nos conselhos municipais. Capacitação que deve prever metodologias de trabalhos que busquem o fortalecimento das comunidades rurais. Um processo fundamentalmente educativo, que tem na descoberta da realidade sua função primordial e por isso é um processo de politização.

Considerações finais

A participação da sociedade civil na administração pública é uma das soluções para as crises de representatividade, de isolamento da classe política e de elitismo nas ações governamentais. No meio rural, o desbalanço cívico e a apropriação política pelas elites é ainda mais latente do que nos centros mais urbanizados.

O CMDRS é uma instituição fundamental no aperfeiçoamento da agenda política local. Não se faz administração pública de qualidade para a agricultura familiar sem a participação organizada deste setor. Entretanto, as limitações impostas ao bom funcionamento deste órgão são desafiadoras, passando pelas características do trabalhador rural familiar e pelo elevado poder de influência dos atores antagônicos ao funcionamento do órgão.

O profissional das ciências agrárias e os agentes públicos envolvidos com o setor produtivo local devem estar preparados para participar deste espaço.

Dado a trajetória histórica do Brasil, não se pode permitir retrocessos associados aos conselhos municipais. O protagonismo deste conselho é fundamental para a democratização das políticas públicas para o setor e deve ser fomentado, sendo parte importante dos trabalhos de Extensão Rural.

CAPÍTULO 5:

DESENVOLVIMENTO DE COMUNIDADES: UMA METODOLOGIA DE EXTENSÃO RURAL PAUTADA NO DESENVOLVIMENTO HUMANO

*Alan Figueiredo de Oliveira¹, Matheus Anchieta Ramirez², Lúcio Carlos Gonçalves³,
Ranier Chaves Figueiredo⁴, Dalvana dos Santos⁵, João Vitor Araújo Ananias⁶, Mariana
Brito Gomes⁷, Brisa Márcia Rodrigues Sevidanes⁷, Guilherme Lobato Menezes⁸,
Tainá Silva Brandão Lopes⁹*

Introdução

A extensão rural no Brasil surgiu no final da década de 1940 com base no modelo até então utilizado nos Estados Unidos. O início das ações de extensão no país foi implementado pelo empresário Nelson Aldrich Rockefeller que transpôs o modelo americano de extensão rural para o Brasil. Em seu início a extensão rural foi fundamentada em três pilares básicos: oferta de crédito rural subsidiado, de pacotes tecnológicos e de assistência técnica. O bom funcionamento desta tríade dependia da capacidade do extensionista em convencer os produtores rurais a adotar novas tecnologias. Para isso, tinha como ferramenta, o crédito rural subsidiado. A função do extensionista era simplesmente difundir tecnologias para o meio rural, método de extensão conhecido como Difusionismo (Prado, *et al.*, 2004a).

Durante o período da modernização da agricultura no Brasil (Modernização Conservadora 1965-1979), o Difusionismo foi utilizado para disseminar pacotes tecnológicos utilizando-se do crédito rural subsidiado. O fundamento deste método de Extensão é a aplicação de métodos pedagógicos e de comunicação que exacerbam

¹ Médico Veterinário, Mestrando em Produção Animal, Departamento de Zootecnia da Escola de Veterinária da UFMG, Caixa Postal 567, CEP 30123-970, Belo Horizonte, MG. alanfigueiredodeoliveira@yahoo.com.br

² Médico Veterinário, DSc, Prof. Adjunto Departamento de Zootecnia da Escola de Veterinária da UFMG, Caixa Postal 567, CEP 30123-970, Belo Horizonte, MG. matheusarta@yahoo.com.br

³ Engenheiro Agrônomo, DSc, Prof. Adjunto Departamento de Zootecnia da Escola de Veterinária da UFMG, Caixa Postal 567, CEP 30123-970, Belo Horizonte, MG. luciocg@vet.ufmg.br

⁴ Médico Veterinário, MSc, Doutorando em Ciência Animal, Departamento de Tecnologia e Inspeção de Produtos de Origem Animal da Escola de Veterinária da UFMG, Caixa Postal 567, CEP 30123-970, Belo Horizonte, MG.

⁵ Médica Veterinária, MSc, Doutoranda em Nutrição Animal, Departamento de Zootecnia da Escola de Veterinária da UFMG, Caixa Postal 567, CEP 30123-970, Belo Horizonte, MG.

⁶ Graduando em Medicina Veterinária, Escola de Veterinária da FUNORTE, CEP 39404-006, Montes Claros, MG.

⁷ Graduanda em Medicina Veterinária, Escola de Veterinária da UFMG, Caixa Postal 567, CEP 30123-970, Belo Horizonte, MG.

⁸ Médico Veterinário, Mestrando em Nutrição Animal, Departamento de Zootecnia da Escola de Veterinária da UFMG, Caixa Postal 567, CEP 30123-970, Belo Horizonte, MG.

⁹ Médica Veterinária, Mestranda em Produção Animal, Departamento de Zootecnia da Escola de Veterinária da UFMG, Caixa Postal 567, CEP 30123-970, Belo Horizonte, MG.

desníveis entre técnicos e produtores, com o favorecimento da imposição e convencimento dos produtores rurais a utilizarem as inovações tecnológicas oferecidas. Portanto, métodos de educação e comunicação pouco democráticos, fechados e adialógicos. Método que se restringe ao convencimento para a difusão de tecnologias.

Durante a década de 1980, devido à crise econômica, a oferta de crédito agrícola subsidiado foi reduzida gradualmente até se tornar irrisória. Com a extinção do crédito rural os extensionistas rurais se viram sem sua principal ferramenta, no modelo difusionista, a liberação do crédito rural. É neste contexto que o sistema de extensão rural pública entra em crise e é extinto da década de 1990 (Prado, 2004b). Apenas no correr dos anos 2000, com a criação da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER), o sistema de extensão rural volta a agenda política.

O Difusionismo ainda persiste como uma metodologia extensionista dominante. Presente na atuação e na formação dos extensionistas rurais no Brasil, segue sendo modelo adotado majoritariamente pelos profissionais das Ciências Agrárias. Ressaltando-se as inúmeras características que o tornam antidemocrático, adialógico e autoritário, decorrendo em resultados negativos quanto aos aspectos sociais, produtivos e econômicos. Agravando-se pelo fato da maioria destes profissionais não conhecerem métodos alternativos de extensão, sem sequer perceber que atuam na perspectiva do modelo difusionista.

O método de extensão baseado no Desenvolvimento de Comunidades é um modelo alternativo que se apresenta como opção para atuação de extensionistas no meio rural. Neste método não se objetiva a difusão de tecnologias, mas a problematização democrática da condição dos produtores em suas comunidades. A partir da descoberta das questões que atingem os agricultores e suas comunidades o extensionista pode trabalhar com situações nas quais os produtores se mobilizem em buscar soluções, obtendo, conseqüentemente, resultados de desenvolvimento humano, muito mais relevantes em comparação aos obtidos no Difusionismo. Resultados que podem-se desdobrar em mudanças nos sistemas produtivos.

Objetiva-se analisar o modelo Difusionista de Extensão Rural implementado no Brasil e a proposição de método de Extensão alternativo ao difusionismo, pautado em conceitos teóricos e situações vivenciadas pela prática de Assistência Técnica e Extensão Rural.

Histórico da Extensão Rural no Brasil

A aproximação entre Estados Unidos e Brasil no bojo da Segunda Guerra Mundial foi um marco importante para o início da extensão rural no Brasil. A política da Boa Vizinhança, capitaneada por Nelson Rockefeller fez com que os Estados Unidos desenvolvessem projetos sociais e investimentos econômicos em várias partes do

mundo. Se o pós-guerra marcou a fundação do Plano Marschall em 1947 para a reconstrução dos países do capitalismo central, o Plano Ponto IV foi destinado àqueles periféricos, como o Brasil. Este último buscava a integração dos capitais norte-americanos a estas economias. Neste aspecto deve-se entender a busca ao lucro das aplicações de capitais norte-americanos, e não propriamente um plano de recuperação econômica como previa aquele destinado aos países ricos. Um dos desdobramentos do Plano Ponto IV é a introdução da extensão rural no Brasil, sob o modelo norte-americano.

A extensão rural norte-americana foi fundada pelas demandas das comunidades de produtores rurais, que discutiam técnicas para melhorar a produção agropecuária e demandavam auxílio técnico. Estas participavam da construção de políticas de modernização agrícola como a oferta de assistência técnica, desenvolvimento de tecnologias e oferta de crédito rural. Neste contexto, pode-se afirmar que no modelo norte-americano de extensão rural os produtores são os principais atores que definiram os rumos do modelo.

A extensão rural oficial no Brasil se inicia no final da década de 1940 (06/12/1948) com a criação da Associação de Crédito e Assistência Rural (ACAR) em um plano de expansão das atividades do empresário Nelson A. Rockefeller. O início deste processo foi fundamentado na criação de um sistema de oferta de crédito rural, assistência técnica e implantação de indústrias para a produção de insumos e tecnologias agropecuárias. Para sua ação no continente latino americano o empresário criou dois grupos empresariais, a AIA (Associação Internacional Americana para o Desenvolvimento Econômico e Social), empresa sem fins lucrativos desenvolvida para financiar os projetos sociais ligados ao grupo Rockefeller, e o IBEC (Corporação Internacional Econômica Básica), empresa com fins lucrativos que se destinava a fundar empresas que produzissem tecnologias e insumos agropecuários. Desta forma, a AIA financiava a ACAR, que elaborava projetos de liberação de crédito rural. Além disso, tinha a função de indicar tecnologias e vender produtos onde não havia mercado de produtos agropecuários bem implementados. Neste contexto, o IBEC, por meio dos investimentos de Nelson Rockefeller, promoveu inúmeras ações em universidades federais para o desenvolvimento de tecnologias destinadas à produção rural.

A tríade formada pelas instituições de Nelson Rockefeller criou conexões e interdependências entre si. A AIA fornecia recursos financeiros para a ACAR, esta por sua vez, fornecia assistência técnica, difusão de tecnologias e crédito para os produtores e os convencia a comprar tecnologias das empresas ligadas ao grupo IBEC. Criou-se um sistema de oferecimento de assistência técnica que garantia a compra das tecnologias e produtos industrializados (Fonseca, 1985). Desta forma, o mercado de tecnologias possibilitou grande lucratividade para o empresário norte-americano.

Em 1956 o governo brasileiro entrou no sistema de extensão rural com a criação da Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural (ABCAR) que assumiu a gerência do sistema de extensão rural no Brasil. Em 1974 o governo Ernesto Geisel nacionalizou o sistema de extensão rural. A ACAR foi transformada na Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER) que apresentava a função de executar o serviço de extensão na esfera local. A ABCAR foi transformada na Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMBRATER) que gerenciava as demandas de extensão e garantia os recursos para execução da extensão pelas unidades locais. Foi criado também o Sistema Brasileiro de Assistência Técnica e Extensão Rural (SIBRATER) que pensava e propunha atualizações para a extensão rural no país. Neste período houve um aumento significativo dos recursos financeiros devido a disponibilidade de crédito rural da modernização da agricultura. Neste contexto, o extensionista assumiu papel fundamental na difusão de tecnologias e crédito rural para os produtores rurais, os recursos foram destinados, em sua maioria, para grandes produtores rurais.

Este modelo de extensão teve origem no difusionismo cultural inglês. Este tinha como objetivo ampliar os mercados para produtos da indústria inglesa na segunda fase da revolução industrial, por meio da imposição da cultura inglesa às colônias. Este foi reinterpretado para o meio rural brasileiro como a prestação de um serviço onde o extensionista tinha a função de difundir tecnologias e fazer com que os produtores adotassem a utilizassem as tecnologias. O extensionista era considerado competente conforme sua capacidade de convencimento ou de difusão de tecnologias. Bastava saber convencer os produtores a adotarem os pacotes tecnológicos e obterem crédito rural. Esta forma de atuação pautada na difusão de pacotes tecnológicos desconsiderava todos os aspectos regionais culturais, edafoclimáticos, sociais e econômicos. Assim, este sistema que gerou inúmeros impactos negativos, como problemas ambientais, degradação cultural do meio rural, aumento da desigualdade social e insucessos produtivos, dentre outros. Por isso, após o fim do aporte de crédito rural subsidiado para o campo, na década de 1980, este sistema foi duramente criticado e entrou em crise.

A crise do crédito rural e da extensão rural, na década de 1980 é um reflexo do capitalismo mundial, devido à queda do preço do petróleo no mundo, e da política de valorização cambial do dólar sob altas taxas de juros praticadas nos EUA. Neste momento os extensionistas rurais ficaram desprovidos de sua principal função difundir tecnologias por meio do fornecimento de crédito rural subsidiado. Após a extinção do crédito rural, a extensão rural passou a ser questionada devido aos seus modestos resultados produtivos e aos amplos impactos ambientais e sociais gerados.

Durante a década de 1980 a extensão rural passa a ser questionada por todas as esferas da sociedade. Os movimentos sociais passaram a exigir um novo e atualizado método e sistema de extensão. Neste momento o sistema de extensão rural foi

duramente criticado por setores alijados em sua prática: principalmente o grupo hoje denominado agricultura familiar. Além da agricultura familiar, que fora negligenciada pelo modelo estatal de extensão rural, observa-se que o modelo extensionista também foi criticado pela agricultura patronal que não era mais beneficiada pela oferta pujante de crédito subsidiado.

Na década de 1990 durante o governo de Fernando Collor de Melo, a EMBRATER e o SIBRATER deixam de atuar. É o fim da extensão rural na esfera Federal. Todo o sistema de planejamento, organização e subsidio da extensão rural fora desmantelado, restando apenas o órgão executor local, que sem recursos, tiveram suas atividades reduzidas. Durante esta década, os movimentos sociais de luta pela posse da terra ganham força e passam a exigir um novo sistema de extensão rural e políticas públicas que fossem voltadas para o atendimento da agricultura familiar. Toda esta pressão popular acarretou na criação do PRONAF e anos mais tarde na Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER) que propôs diretrizes e princípios, que reorganizariam o sistema de extensão rural.

Em resumo, pode-se dividir a história da extensão rural no Brasil em três fases distintas. De 1948 a 1965 a extensão rural é considerada essencialmente assistencialista e tinha a orientação de atendimento aos pequenos produtores. De 1965 a 1979 a extensão rural é considerada difusionista e orientada à oferta de crédito estatal subsidiado, sempre buscando o grande empresário rural durante a fase da modernização da agricultura. De 1980 até os dias atuais a extensão rural é orientada para o atendimento dos produtores familiares, porém o sistema se encontra desestruturado e com baixa capacidade de atendimento.

Fundamentos de Educação e Métodos de Extensão Rural

O processo educativo verdadeiro, pode ser definido como a prática ou ciência capaz de fazer com que os sujeitos envolvidos (educador e educando) pensem por conta própria e de forma continuada (Perissé, 2008). Para Perissé (2008) educar deve ser considerado uma tarefa humanizadora factível, ou seja, educar é um ato possível de promover o raciocínio próprio do indivíduo. Neste contexto, é necessário lembrar que a educação não é uma área de conhecimento própria de nenhum especialista, qualquer profissional que se preocupe com a construção de conhecimentos e iniciativas socialmente comprometidas faz parte do processo educativo. É neste contexto que a extensão rural deve ser tomada como uma prática essencialmente educativa.

Por outro lado, as características de imposição e autoritarismo do difusionismo não permitem que este seja considerado prática educativa verdadeira. Exigindo-se sua superação para que a extensão rural se torne eficiente.

Paulo Freire sumariza a educação em dois modelos dicotômicos: a educação bancária e a educação como prática de liberdade. Utilizando-se deste modelo, a educação bancária cria uma hierarquia entre educador e educando de forma que o educador tem a função de passar conhecimentos para o educando, este por sua vez deve receber e acumular estes conhecimentos de forma passiva (Freire, 2005; Freire, 2014a; Freire, 2014b). Este é o modelo educativo utilizado no difusionismo.

A educação como prática de liberdade cria condições de igualdade entre educador e educando, não existem desníveis, e os envolvidos no processo educacional, educador e educando, assumem igual importância no processo. Este é o modelo educativo utilizado na extensão humanizadora.

A educação bancária, utilizada no difusionismo, é um processo que desconsidera o saber dos educandos. O educador é tido como o indivíduo detentor do conhecimento e o educando como o receptor da mensagem. Pode-se dizer que este é um processo domesticador, autoritário e adialógico onde não se questiona a veracidade do conhecimento ou do educador. Criam-se hierarquias, desconsidera-se a participação dos educandos no processo educativo e não há o estímulo ao desenvolvimento humano.

No método de extensão rural difusionista a abordagem dos extensionistas cria um desnível quando se tenta convencer os produtores a reformularem suas práticas sem realizar nenhum tipo de problematização sob a perspectiva do produtor. Este método inadequado de educação, utilizado pelo difusionismo, foi e ainda é responsável por parte do insucesso da maioria dos técnicos que atuam em assistência técnica e extensão rural no Brasil.

A educação como prática de liberdade é um processo fundamentalmente dialógico, onde se valoriza as potencialidades humanas e o conhecimento dos produtores. Neste o educador e o educando trocam conhecimentos, pode-se dizer que ambos são personagens ativos do processo. A pergunta e o questionamento do saber tomam importância central no processo educativo porque são os promotores do raciocínio e do desenvolvimento humano. O processo de educação como prática de liberdade necessita de reflexão constante sobre o processo educativo e o conteúdo. Além da reflexão constante sobre o processo é necessário que o profissional adeque o conteúdo à realidade das pessoas e não apenas utilize a difusão dos pacotes tecnológicos ou de informações tidas como conhecimentos prontos.

Assim, o processo educativo como prática de liberdade é um ato inquietante e inquietador para os sujeitos. Há livre troca de informações e questionamentos entre educador e educando, o que gera reflexões e inquietudes sobre os assuntos problematizados. Esta troca de informações é um fenômeno que potencializa o aprendizado e o crescimento individual e coletivo. É justamente a reflexão que evidencia uma das maiores fragilidades do difusionismo: a inexistência de troca de conhecimentos

entre as pessoas e o estabelecimento unilateral do fluxo de informações entre educador e educando.

A valorização e utilização de todos os saberes dos envolvidos no processo educativo é um fator primordial para o sucesso das atividades de extensão rural. Por exemplo, a valorização dos saberes de comunidades tradicionais como as ribeirinhas, as indígenas, as quilombolas, as camponesas, é fundamental para que o extensionista possa desenvolver com a comunidade processos educativos e estimular com que a própria comunidade encontre a melhor solução para seus problemas. A valorização de diferentes saberes faz parte do reconhecimento de que o ser humano está sempre se educando e que os diferentes conhecimentos não podem ser classificados como superiores ou inferiores. Evidenciando a equidade de papéis entre os sujeitos e os conhecimentos. Mais uma vez o difusionismo se mostra como um método de extensão rural inadequado toda vez que desconsidera o saber dos produtores e supervaloriza o conhecimento técnico dos extensionistas.

Uma condição importante de ser estudada no processo educativo é a contradição opressor-oprimido (Freire, 2005). Esta contradição é uma condição interna aos indivíduos que vivem em sistema de algum tipo de opressão. Estes vão se oprimir quando se sentem inferiores a alguém ou vão agir de forma opressora quando se sentem superiores às outras pessoas. É importante ressaltar que nas atividades de extensão rural, nem sempre é o técnico que oprime diretamente o produtor. Em várias situações o próprio produtor é que se oprime, frente a alguém que julga deter posição social superior. Opressão que pode acontecer mesmo entre um grupo de produtores. Uma vez que o difusionismo propõe o desnível entre extensionista e produtor rural, como instrumento de opressão para facilitar a adoção de tecnologias por estes, sem questionamentos. Assim, sua ação é no sentido de fortalecer esta contradição opressor-oprimido em seu público de trabalho. Um processo educativo verdadeiro (Freire, 2014a) objetiva a superação desta contradição por meio da reflexão e busca de soluções para os problemas, em uma perspectiva humanizadora. A percepção de sua posição e papel social é fundamental para que os produtores possam superar a contradição opressor-oprimido.

Como prática educativa o difusionismo se insere como invasão cultural. Processo onde o extensionista, que julga seu conhecimento como único válido, impõe sua cultura ao produtor. Neste processo não há nenhum tipo de discussão ou problematização acerca da adoção de uma determinada técnica ou tecnologia. Nesta invasão cultural acontecem inúmeros impactos sociais e produtivos negativos com a negação do saber local. É nesta prática que o produtor não alcança reconhecer os problemas e buscar soluções para seus sistemas produtivos ou questões sociais, em uma visão messiânica o extensionista doa o problema e a solução aos produtores, a este não se dá a

possibilidade do raciocínio, reflexão, problematização, simplesmente há a imposição da adoção de tecnologias.

Fundamentos de comunicação e métodos de Extensão Rural

A análise do processo de comunicação é essencial para toda prática verdadeiramente educativa (Freire, 2014c). Os fundamentos e métodos de comunicação podem ser usados com o objetivo de convencimento e invasão cultural, como no difusionismo. Ou serem utilizados para problematização das condições de existência comunitária e em práticas educativas que envolvam a conscientização dos indivíduos. Atenção especial deve ser dada ao processo de comunicação por este dissimular formas de opressão e de controle social (Chauí, 1982).

Os métodos de comunicação são estruturados a partir de recursos linguísticos, que mediam a comunicação quotidiana. A persuasão é a simples busca de adesão a uma ideia (Citelli, 2010), deste modo utilizada em todos processos comunicativos. Para Citelli (1999) a persuasão não é apenas sinônimo de enganar, por isso se faz presente em toda forma de discurso. A retórica, por sua vez, é a organização do discurso para que este seja tomado como verdadeiro para o receptor. Esta é a capacidade de descobrir mecanismos analíticos que possam gerar persuasão. Tanto a retórica quanto a persuasão não se “preocupam” em provar se determinado conhecimento é verdadeiro, mas sim em persuadir as pessoas para que estas o assumam como verdadeiro, não cabendo julgamentos.

Para fins desta análise pode-se dividir os processos de comunicação em dois tipos: o dialógico e o adialógico. Sabe-se que há infinidade de tipos e nomenclaturas de discursos, porém propõem-se a sumarização destes na tipologia dual acima. O discurso dialógico promove a livre comunicação e discussão entre os participantes do diálogo. Não há desníveis ou hierarquia entre emissor e receptor. A exposição de ideias acontece de forma livre sem a tentativa de dominação das partes. Este seria a base de métodos de educação como prática da liberdade.

O adialógico promove o desnível e a hierarquização entre o locutor e o ouvinte. Não há livre troca de informações por que o fluxo comunicativo acontece do emissor para o receptor. Neste fluxo de informações o emissor utiliza recursos linguísticos e signos, onde tenta-se dominar, se impor, sobre o ouvinte.

Os discursos foram utilizados durante a expansão do difusionismo com o intuito de facilitar a difusão tecnológica. Ainda hoje as ações de extensão antidemocráticas se baseiam nestes discursos como forma de sobreposição ideológica.

A organização do discurso pode utilizar diversas técnicas e tipos de construção das mensagens. O discurso polêmico (Citelli, 1985), classificado como adialógico e fechado

utiliza técnicas que apresentam falsa abertura, na verdade encaminham o ouvinte a aceitar determinada assertiva. Neste discurso por mais que pareça que o outro polo do processo comunicativo possa escolher ele é encaminhado a escolher o que o emissor define.

Este discurso é autoritário (Citelli, 1985) e não permite nenhuma participação do receptor, há apenas imposição. Já o discurso autorizado (Chauí, 1982) usa parte de um discurso ou conhecimento aceito e valorizado pela sociedade, ou seja, já é um discurso autorizado pela sociedade para que sejam demonstradas habilidades profissionais. O discurso dominante (Chauí, 1982) utiliza-se de uma mensagem reconhecida como competente e importante pela sociedade, neste caso são os próprios valores de uma sociedade que embasam este discurso, que será previamente aceito. Na Extensão Rural, o discurso persuasivo é aquele que não apresenta uma estruturação pré-definida, porém o único objetivo é persuadir alguém a adoção de uma determinada ideia ou tecnologia (Prado, 2004c).

Como oposição às formas de discurso apresentadas anteriormente o dialógico não se divide em subtipos. É considerado oposição radical aos discursos adialógicos e fechados. Neste discurso a livre participação dos envolvidos no processo comunicativo é fundamental, sendo esta uma forma democrática de comunicação.

Atualmente existem inúmeras formas de comunicação, são técnicas utilizadas em métodos de extensão rural como dias de campo, programas de rádio e televisão, artigos científicos, circulares técnicas, páginas eletrônicas da internet, palestras, reuniões comunitárias, assembleias, treinamento técnico, visita técnica, cursos e outros. Nestas formas o discurso pode ser autoritário, fechado e normativo ou dialógico, aberto e educativo. A forma de organizar a atuação profissional do extensionista e a forma de organização do método comunicativo depende de seu comprometimento social, seus valores, a intencionalidade de seu discurso.

Desenvolvimento de Comunidades: Fundamentação e Necessidades

A crise do modelo difusionista de extensão rural ocorrida nas décadas de 1980 e 1990 gerou a demanda de metodologias de extensão rural que superassem o difusionismo. Estas devem ter como princípios e diretrizes o diálogo, a democracia, o desenvolvimento dos seres humanos como atores sociais e o tratamento holístico das questões que envolvem o meio rural. Este se coloca como opção para a extensão pública dada sua capacidade de atendimento aos imperativos da agricultura familiar no Brasil (Prado e Ramirez, 2011).

A metodologia de Desenvolvimento de Comunidades é alternativa ao difusionismo. Este novo método busca o desenvolvimento comunitário dos cidadãos

rurais, por meio de sua participação em ações comunitárias de problematização e busca de soluções para questões que afetam estes grupamentos.

Para o entendimento do alcance da metodologia de desenvolvimento de comunidade aplicada a Extensão Rural pública, deve-se atentar para o fato de que a Agricultura Familiar já se organiza em comunidades. Por isso, o fundamento da metodologia é o trabalho em grupo específico.

A agricultura familiar se organiza em torno de núcleos familiares, que são responsáveis pelo trabalho e consumo. Estas famílias formam comunidades e estabelecem relações recíprocas, trocas de conhecimentos técnicos e sociais, ajuda mútua, em relações personalizadas (Abramovay, 2012). Merece destaque o fato destas famílias compartilharem códigos sociais, específicos, conhecidos como códigos de conduta. Estes códigos de conduta definem e permeiam todas as ações produtivas, econômicas e sociais nestas comunidades. Desta forma, toda informação nova, apenas será aceita ou rejeitada, mediante este código. Logo é fundamental que o extensionista entenda a existência e importância destes códigos para as comunidades de agricultura familiar. Assim, o trabalho grupal em extensão rural apresenta economia de tempo e recursos, permite que os problemas levantados sejam tratados como demandas, e não como reclamações pessoais, gerando legitimidade pública e também acarretem melhores resultados por apresentar as novas informações na presença deste código, sendo estas aceitas ou rejeitadas pelo grupo.

O fato da agricultura familiar existir em comunidades e estas apresentarem notável grau de união e ajuda mútua, não garante que o conjunto dos moradores seja politizado ou desenvolvam ações cooperadas, calcadas em planejamento. Nem que os problemas da comunidade sejam discutidos pelo grupo. O que faz com que estas comunidades não sejam classificadas como “Comunidades Verdadeiras”, segundo o proposto por Souza (1996). Esta autora define como comunidade um conjunto de pessoas, de mesma classe social que vivem em uma mesma área e compartilhem condições comuns de existência, interesses, objetivos e preocupações (Souza, 1996). A partir desta definição fica evidente que não se deve limitar uma comunidade por suas fronteiras físicas e administrativas. O compartilhamento de interesses, objetivos e preocupações gerariam a classificação de comunidade verdadeira.

É neste sentido que o trabalho do extensionista no desenvolvimento de comunidades busca promover o debate, a problematização, o entendimento das condições sociais e de reprodução das questões vivenciadas pelas comunidades. O objetivo é a descoberta da própria realidade pela comunidade, com o desenvolvimento de identidade comunitária. Comunidades organizadas e politizadas que poderiam ser denominadas verdadeiras. Nestas os produtores exercem a cidadania plena em uma sociedade democrática.

A prática de extensão que objetiva o desenvolvimento de comunidades de agricultura familiar deve se pautar em práticas educativas, educação como prática da liberdade, e em processos comunicativos dialógicos, portanto deve rejeitar toda concepção ideológica produtivista do difusionismo. Neste método o princípio é a capacitação das pessoas como atores de seu próprio desenvolvimento. A politização e o entendimento de mundo são processos fundamentais para que a comunidade entenda seus problemas e busquem a melhor forma de resolvê-los.

A emancipação do senso comunitário e a participação da comunidade na elaboração de políticas públicas são fatores importantes que podem colocar as comunidades em destaque como co-gestoras de políticas públicas. Esse protagonismo está previsto na Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER) (Brasil, 2011), no Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) e na concepção de Conselhos para gerir o desenvolvimento de políticas municipais de desenvolvimento rural. Para tanto, as comunidades de agricultores familiares devem se organizar.

O espaço comunitário de discussão deve ser considerado como espaço de reflexão e tomada de decisões acerca de problemas comunitários, onde ocorrem o encontro de iguais e há o fomento do debate em prol da identidade cultural e social. As reuniões comunitárias têm o propósito de ouvir os interesses e vontades da comunidade, estimular o debate entre as pessoas e fazer com que a comunidade proponha soluções e definições pertinentes aos problemas.

Seu alcance transcende a difusão de tecnologias e ideias. O crescimento econômico e produtivo é apenas uma ferramenta para a inclusão social e a melhoria da condição de vida dos agricultores familiares. Sem perder de vista que o principal objetivo deste método de extensão é o desenvolvimento das potencialidades humanas, da autonomia dos grupos locais e da capacitação do ser humano como promotor de mudanças. Para isso o extensionista socialmente comprometido deve comportar-se com humildade, empatia, respeitar a alteridade do outro e ter sensibilidade com os problemas sociais (Prado e Ramirez, 2011). O extensionista não é um profissional que apenas executa um serviço, ele trabalha com e para as pessoas. Por isso exige-se do extensionista compromisso com questões sociais e com a democracia, além de conhecimentos sobre educação, sociologia rural, antropologia cultural, comunicação, política agrária e ação social.

O trabalho de extensão deve ser essencialmente educativo e participativo. A concepção de que o homem deve ser o sujeito do processo educativo e não apenas receber informações demanda a participação intensa e constante.

Desenvolvimento de Comunidades: Metodologia

O trabalho de desenvolvimento de comunidades começa com o estudo das características sociais, econômicas, produtivas do município onde se vai trabalhar. Este estudo inicial pode ser realizado baseado em dados de instituições como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e prefeituras. O objetivo é o levantamento dos principais dados da realidade municipal, da composição da economia geral, das principais atividades agropecuárias realizadas, situação da educação e da saúde do município, da área ocupada em cada atividade, dos agentes financeiros, das organizações não-governamentais e dos órgãos de representação dos agricultores. Este levantamento inicial serve para que o extensionista comece a entender o perfil do município e o contexto em que vivem os produtores rurais.

O próximo passo é procurar uma pessoa que possa guiar o extensionista pelas comunidades rurais do município. A requisição de um guia não implica no tratamento diferenciado que este possa ter durante os trabalhos. Afinal, mesmo as lideranças devem ser tratadas como iguais no grupo. Este guia possui a função única de apresentar o extensionista para a comunidade. A responsabilidade pelo sucesso do trabalho não está atrelada à aceitação do guia, mas às habilidades do extensionista.

Sugere-se que o trabalho de desenvolvimento de comunidades deve começar pelas mais desenvolvidas. Isto pelo fato de gerar melhores resultados e em menor tempo, que as menos organizadas. Os resultados e conquistas gerados nestas comunidades servem de referência e estímulo às demais comunidades.

A metodologia de desenvolvimento de comunidades segundo Prado e Ramirez (2011) é composta de quatro passos. O primeiro é a identificação dos interesses e preocupações da população comunitária, o segundo a análise dos interesses e preocupações e de suas condições de enfrentamento comunitário, como terceiro a organização e planejamento das ações e por fim o desenvolvimento, avaliação e ampliação das condições de organização e ação.

A identificação dos interesses e preocupações comunitárias é fundamental para que a comunidade descubra a sua realidade. Este é um exercício coletivo, ou seja, são as discussões com os membros das comunidades que possibilitam com que a comunidade possa identificar as situações problemas e as que desejam superar. Neste processo o extensionista atua apenas como um mediador e facilitador da discussão, seu papel não é definir os interesses e auxiliar a comunidade para que esta descubra seus interesses. Neste processo as pessoas começam a se conscientizar da organização coletiva e das formas de enfrentamento dos problemas comunitários.

Para este processo pode-se utilizar a aplicação da metodologia de pesquisa-ação. Esta é feita para a comunidade poder evidenciar sua condição social e produtiva. Com o avançar do trabalho comunitário novos problemas sociais ou produtivos podem ser alvo

de novas pesquisas. Recomenda-se que após aplicação de questionários o extensionista apresente os resultados para a comunidade em assembleia. Esta ação tem como foco a problematização dos resultados documentados nos questionários aplicados aos produtores. Com o amadurecimento do senso comunitário e individual a comunidade começa a entender as causas dos problemas e busca alternativas para superá-los.

A análise dos interesses e das condições de enfrentamento comunitário é um passo onde a comunidade conscientizada de seus problemas começa a pensar como resolve-los. Neste processo a união comunitária fortalece as ações de enfrentamento pela adição de forças. A discussão comunitária pode resultar na descoberta de problemas em diferentes áreas cotidianas, como a falta de inserção nos mercados, a necessidade de melhoria nas estradas, a melhoria das condições de saúde e educação rurais, falhas técnicas e produtivas e outros problemas específicos.

A organização e planejamento das ações busca formalizar a atuação da comunidade com a elaboração de projetos. Estes devem conter a apresentação do problema, a justificativa, diagnóstico da situação, metodologia, cronogramas de execução, orçamentos e pessoal envolvido. A organização e discussão das atividades é uma etapa que deve ser realizada de forma detalhada para evitar qualquer tipo de falha na execução das atividades. Este projeto deve ser concebido pelas comunidades. Se este for feito pelo extensionista, estará fadado ao fracasso por não gerar o sentimento de pertencimento por parte dos produtores.

A execução e avaliação das atividades são as últimas fases do processo de desenvolvimento de comunidades. Após a execução do plano de atividades deve sempre avaliar se as ações geraram os resultados esperados pela comunidade, se o problema foi resolvido e buscar novas demandas para começar uma nova etapa.

Durante o processo de desenvolvimento de comunidades podem surgir demandas para o atendimento individual de um produtor em seu sistema produtivo. Este atendimento deve ser realizado com o objetivo de diagnosticar não apenas o problema específico, mas o sistema produtivo como um todo. Para isso é necessário realizar o diagnóstico de situação da propriedade e estabelecer um plano de ação juntamente com o produtor rural. O atendimento individual aos sistemas produtivos é parte importante do trabalho de Extensão Rural, porém, deve sempre ocorrer posteriormente a participação do produtor em atividades comunitárias.

O método de extensão rural de desenvolvimento de comunidades objetiva o amadurecimento, conscientização e mobilização comunitária das pessoas. Este processo demanda tempo para que as pessoas possam realizar uma mudança profunda em sua consciência social e no seu papel comunitário. Após o desenvolvimento do senso comunitário pode-se continuar os debates e a organização de suas atividades sem o auxílio do extensionista. Neste momento podemos dizer que a comunidade se encaixa

na rubrica de verdadeira (Souza, 1996) e o extensionista pode se empenhar no atendimento a outro grupo de produtores.

Concomitante ao processo de desenvolvimento de comunidades o trabalho de extensão deve promover o fortalecimento destas por meio da associação de associações, ou seja, unir as forças de todas as comunidades. Processo que aumenta a força política e econômica da agricultura familiar. Adicionalmente facilita o funcionamento dos CMDRS e a gerencia da política agrária do município, aumenta o poder econômico de compra de insumos e a venda de produtos e possibilita que as comunidades enfrentem o poder e o patronato local.

Conclusão

O processo de modernização da agricultura brasileira contou com o método de extensão rural pautado na difusão de tecnologias e descaso com as questões sociais do campo. O difusionismo buscou difundir tecnologias provenientes dos pacotes tecnológicos da revolução verde financiados pelo crédito rural subsidiado. Esta difusão tecnológica desprovida de preocupações com os aspectos econômicos, sociais e ambientais gerou impactos negativos nas sociedades rurais do Brasil.

Este modelo de extensão rural, apoiado em um Estado engajado em promover benefícios dos grandes produtores, acarretou em grave crise nos serviços extensionistas no Brasil. A metodologia difusionista da extensão rural brasileira foi apontada como inapropriada e promotora de insucesso, embora prevaleça dominante em diversas instituições relacionadas às atividades agropecuárias.

O método de extensão rural denominado de desenvolvimento de comunidades é uma proposta de metodologia para atenção à agricultura familiar e se baseia no desenvolvimento humano como indivíduo indissociável da vida em comunidade.

O extensionista rural preocupado em promover o bem-estar social deve procurar conhecer os conceitos básicos de educação e comunicação. Os processos educativos e comunicativos são a base do trabalho que o extensionista realiza em conjunto com a comunidade. Estes devem ser pautados na participação popular, valorização de saberes camponeses, igualdade entre os sujeitos do processo educativo e compromisso com a sociedade.

Todo profissional de ciências agrárias que busca utilizar práticas de convencimento, invasão cultural, difusão tecnológica e comunicação autoritária em seu cotidiano estará fadado ao fracasso como extensionista rural quanto o desenvolvimento humano individual e coletivo.

A extensão rural no Brasil deve ter a capacidade de adequar seus conteúdos e métodos para as diferentes realidades das comunidades rurais. O extensionista deve sempre ter em mente os compromissos com os agricultores em detrimento do interesse individual ou de grupos econômicos ou políticos.

CAPÍTULO 6:

MÉTODOS E TÉCNICAS DE COMUNICAÇÃO EM EXTENSÃO RURAL

Alan Figueiredo de Oliveira¹, Matheus Anchieta Ramirez², Lúcio Carlos Gonçalves³, Ranier Chaves Figueiredo⁴, Dalvana dos Santos⁵, Agatha Bacelar Rabelo⁶, Mariana Brito Gomes⁷, Renato Henrique Ventura Pinto⁷, Frederico Patrus Ananias de Assis Pires⁸, Tainá Silva Brandão Lopes⁹

Introdução

A atuação dos profissionais das áreas de ciências agrárias como extensionistas rurais demandam *expertise* técnica em diversas áreas do conhecimento. A construção destes conhecimentos teóricos e práticos acontece na formação acadêmica do profissional e na atualização constante para enfrentamento de demandas feitas pelos produtores.

A produção de pesquisa científica e de inovações tecnológicas no Brasil acontece, principalmente, nas universidades públicas, nas empresas estatais de pesquisa e nas empresas privadas de pesquisa. Os resultados destas pesquisas são publicados em diversos formatos. Desde as revistas científicas internacionais, geralmente de acesso restrito ao meio acadêmico, passando pela publicação de artigos técnicos, livros até formatos que possam atingir a sociedade de forma mais ampla (Gonçalves, *et al.*, 2016; Albagli, 1996).

A divisão entre os interesses da pesquisa e da extensão rural no Brasil faz com que estes setores empreguem valores distintos na divulgação científica. A pesquisa científica

¹ Médico Veterinário, Mestrando em Produção Animal, Departamento de Zootecnia da Escola de Veterinária da UFMG, Caixa Postal 567, CEP 30123-970, Belo Horizonte, MG. alanfigueiredodeoliveira@yahoo.com.br

² Médico Veterinário, DSc, Prof. Adjunto Departamento de Zootecnia da Escola de Veterinária da UFMG, Caixa Postal 567, CEP 30123-970, Belo Horizonte, MG. matheusarta@yahoo.com.br

³ Engenheiro Agrônomo, DSc, Prof. Adjunto Departamento de Zootecnia da Escola de Veterinária da UFMG, Caixa Postal 567, CEP 30123-970, Belo Horizonte, MG. luciocg@vet.ufmg.br

⁴ Médico Veterinário, MSc, Doutorando em Ciência Animal, Departamento de Tecnologia e Inspeção de Produtos de Origem Animal da Escola de Veterinária da UFMG, Caixa Postal 567, CEP 30123-970, Belo Horizonte, MG.

⁵ Médica Veterinária, MSc, Doutoranda em Nutrição Animal, Departamento de Zootecnia da Escola de Veterinária da UFMG, Caixa Postal 567, CEP 30123-970, Belo Horizonte, MG.

⁶ Graduanda em Ciências Socioambientais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFMG, Caixa Postal 567, CEP 30123-970, Belo Horizonte, MG.

⁷ Graduanda em Medicina Veterinária, Escola de Veterinária da UFMG, Caixa Postal 567, CEP 30123-970, Belo Horizonte, MG.

⁸ Médico Veterinário, Mestrando em Nutrição Animal, Departamento de Zootecnia da Escola de Veterinária da UFMG, Caixa Postal 567, CEP 30123-970, Belo Horizonte, MG.

⁹ Médica Veterinária, Mestranda em Produção Animal, Departamento de Zootecnia da Escola de Veterinária da UFMG, Caixa Postal 567, CEP 30123-970, Belo Horizonte, MG.

no Brasil, em geral, objetiva a descoberta de informações específicas, desenvolvimento de inovações tecnológicas, com a valorização de publicações em língua estrangeira em meios reconhecidos mundialmente. Por outro lado, a extensão rural objetiva o bem-estar das populações do meio rural, com impactos positivos nos sistemas produtivos, por isso trata a informação para que esta atinja diretamente a sociedade em geral (Prado e Ramirez, 2011; Freire, 2014). Neste momento não se objetiva tecer críticas ao sistema de pesquisas brasileiro, porém, é importante salientar a existência de uma dicotomia de interesses entre pesquisa e extensão rural no Brasil. O conhecimento desta dicotomia por parte dos extensionistas permite que estes profissionais procurem a informação mais adequada ao seu cotidiano e que possa tratá-la para a apreensão da sociedade como um todo.

Formatos de divulgação Científica

As pesquisas científicas e inovações tecnológicas, que geram informações básicas e específicas, em geral, são publicadas no formato de artigo científico. Estes se propõem a análises específicas, parciais, a partir de condições determinadas. Em geral a publicação deste tipo de trabalho é vinculada a ranqueamentos, que servem para classificar os pesquisadores e instituições. Como este processo de ranqueamento é controlado por entidades internacionais, situadas nos países desenvolvidos, são mais valorizadas produções em idioma inglês, e publicadas em revistas de países de origem das empresas criadoras e mantenedoras dos ranques. Devido a esta particularidade não é raro o fato destas publicações se afastarem da realidade dos países de origem dos pesquisadores, sendo socialmente alienadas, mas com impacto científico internacional.

A produção de artigos de revisão parte da análise de informações contidas em vários artigos científicos. São visões mais gerais de um determinado assunto, possibilitam visão mais abrangente de uma temática específica.

As patentes e licenciamentos de produtos, diferentemente da divulgação das informações, visa resguardar o direito econômico dos pesquisadores e das instituições. Este é o passo que antecede a divulgação das descobertas que envolvem valor de mercado. Não sendo propriamente uma forma de divulgação científica, resguardam os direitos dos pesquisadores e das instituições para que estes possam ter liberdade para a divulgação das informações geradas pela pesquisa de aplicação.

Já os livros se propõem a discussões mais abrangentes de uma temática. Suas fontes de informação são artigos científicos, artigos de revisão e o conhecimento tácito de seus autores.

Os artigos de divulgação ou artigos técnicos, têm por objetivo a discussão geral de determinado assunto. Suas fontes de informação são os artigos científicos, artigos de revisão e livros, além do conhecimento tácito dos autores. Neste sentido, as revistas

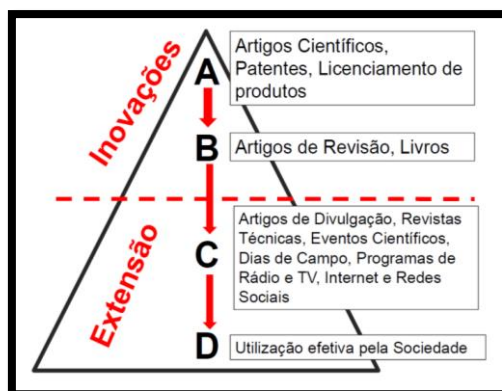
técnicas têm o objetivo de congregar diversos artigos técnicos, sendo em geral temáticas e abrangendo vários assuntos relacionados a este tema.

Os eventos científicos são locais de encontros de pesquisadores, especialistas e técnicos. Têm como função a divulgação parcial de pesquisas, o contato entre especialistas e a análise de questões gerais e específicas que envolvem aquela área de conhecimento.

Já os dias de campo, reuniões comunitárias, treino e visita, entre outras técnicas de comunicação têm a particularidade de adaptar as informações divulgadas nos formatos descritos acima para que estas possam ser compreendidas por produtores rurais. Logo há a particularidade de adaptação do discurso científico para que possa ser compreendido pelo público rural.

Programas de televisão e rádio, sites na internet e redes sociais também são formas de divulgação científica que permitem que as informações sejam tratadas para o entendimento da sociedade em geral (Figura 1).

Figura 1. Hierarquia de publicações em grau de importância para as áreas de Inovações e Extensão.



O tratamento das informações na perspectiva da Inovação se faz sob o modelo de difusão. Em que estas não recebem nenhum tipo de tratamento que facilite a apreensão pelo público leigo. Já a Extensão traz como princípio a divulgação de informações, onde estas são tratadas de forma que possibilitam seu entendimento pelo público em geral.

O percurso entre a descoberta de novas informações, pela pesquisa científica, e sua utilização pela sociedade é complexo. Alguns fatores como idioma de publicação, custos e meios de acesso à informação, interesse de busca por novos conhecimentos por parte de produtores e técnicos e interesse de pesquisadores, dificultam o acesso da sociedade às inovações. Desta forma, o extensionista deve conhecer este percurso para que possa buscar informações.

A democratização do acesso às informações geradas pela pesquisa pública brasileira é um processo necessário e demanda interesse dos pesquisadores. A ampliação de eventos e publicações que tenham a sociedade geral como público alvo é um processo fundamental para aumentar o volume de informações que realmente chegam até os sistemas produtivos nacionais.

O extensionista faz a ligação entre o conhecimento científico e sua utilização pelos produtores rurais. Esta função de ligação exige conhecimento sobre os temas e sobre as demandas dos produtores. O domínio destes conhecimentos possibilita que o extensionista discuta com os produtores, a utilização destes nos sistemas de produção. Processo que pode melhorar os resultados técnicos e produtivos das propriedades e ampliar o alcance das ações do extensionista.

Artigos Científicos

Os artigos científicos são os meios de publicação das pesquisas no Brasil e do Mundo. Estes artigos são avaliados e publicados por revistas científicas especializadas nas respectivas áreas do conhecimento. A classificação internacional destas revistas é realizada pelo seu Fator de Impacto. Esta classificação se refere diretamente ao acesso e citação destas revistas por outras publicações especializadas (Ferreira e Abreu, 2007). No Brasil a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) criou uma classificação entre A1, A2, B1, B2, B3, B4, B5 e C das revistas nacionais.

O aceite para publicação dos artigos nestas revistas científicas passa por processo de avaliação quanto as inovações, importância científica, adequação de metodologias e adequação da escrita presentes no artigo, e obviamente da política de publicação do periódico. Estas publicações podem demandar longos períodos de espera entre a submissão do artigo para avaliação e sua publicação. Além do tempo, a publicação de artigos científicos nestas revistas são processos onerosos.

Como as revistas são internacionais, mas sediadas em países desenvolvidos, são valorizados por estes assuntos que geram interesse em seu local de publicação, e não no país de origem do pesquisador. Fenômeno que gera problema de disparidades entre pesquisas e os problemas reais enfrentados localmente. Ou seja, quando um pesquisador brasileiro desenvolve pesquisas relevantes mundialmente, estes assuntos pesquisados podem não ser relevantes e úteis para a realidade nacional. Além dessa falta de conectividade, a publicação dos artigos em revistas em idioma estrangeiro, normalmente o inglês, e que tenham custo para serem acessados, limitam a circulação da informação. Deve-se notar que os pesquisadores arcam com o custo para a publicação de sua própria produção, porém o acesso desta informação, muitas vezes, é também pago, ou seja, são estes conglomerados de periódicos internacionais que, além de controlar, lucram com o sistema de publicações científicas.

É patente a necessidade de reavaliar este modelo de publicações, que na prática são pouco acessadas e trazem poucos benefícios para a sociedade brasileira, que custeia diversas instituições de pesquisa. Na prática, estes artigos são pouco acessados por extensionistas e produtores rurais, para enfrentamento de problemas. Desta forma, os extensionistas devem ter em mente que os objetivos do setor de pesquisa e de extensão não são os mesmos, e assim buscar as informações adequadas à realidade encontrada diariamente.

Patentes

As patentes são processos de proteção de uma determinada tecnologia ou produto que limitam o direito de exploração econômica. Estas patentes duram em média 20 a 30 anos de exploração, após este período a tecnologia ou produto passa a poder ser explorada por qualquer cidadão. Atualmente as universidades públicas do Brasil desenvolvem muitas patentes em parceria com empresas privadas. Neste processo as empresas ganham o direito de explorar a tecnologia ou produto comercialmente e as universidades recebem uma participação dos lucros gerados. Porém, o processo de patentes no Brasil é demorado e enfrenta enormes problemas burocráticos.

O extensionista que deseja se manter atualizado no mercado agropecuário deve sempre buscar conhecer estas novas tecnologias e produtos. Estas inovações podem ser úteis nos sistemas produtivos trabalhados e melhorar o desempenho produtivo e/ou econômico das propriedades. Porém, o extensionista deve sempre ter em mente que os processos de implantação de tecnologias devem ser bem estudados e adaptados ao sistema produtivo. A implantação desorientada de tecnologias promove novos problemas nas propriedades e compromete os resultados propostos.

Livros e Revisão de Literatura

Os livros são publicações de conhecimentos tácitos sobre determinado assunto, ou seja, conhecimentos aceitos como verdadeiros sobre algum assunto. Já as revisões de literatura são apanhados de informações divulgadas na forma de artigos científicos. Estas publicações podem ser estratégicas para o processo de atualização técnica do extensionista. Atualmente a democratização do acesso à internet possibilita maior acesso a estes livros e revisões de literatura.

Artigos de Divulgação Técnica e Revistas Técnicas

Os artigos de divulgação técnica podem ser utilizados para a apresentação da utilidade de uma prática ou uma tecnologia. Estes artigos, em geral, são escritos com linguagem mais simples que os artigos científicos e por isso mais fácil entendimento e acesso (Mueller, 2006).

Os artigos de divulgação são as publicações mais simples e mais úteis para os extensionistas e produtores rurais. A clareza e simplicidade que devem ser utilizados na construção destes, permitem que técnicos e produtores rurais entendam seus conteúdos e utilizem as informações em seus sistemas produtivos.

Congressos, Seminários e Simpósios

Os congressos, seminários e simpósios são eventos científicos utilizados para promover a discussão entre pessoas sobre determinado assunto (Minicucci, 1992). O congresso é uma reunião de pessoas para discutirem um assunto de importância. Os congressos podem ter diferentes abrangências variando entre locais, regionais, nacionais e internacionais. Além disso, em alguns congressos existem a apresentação de resumos científicos e palestras que promovem boa oferta de informações técnicas durante o evento.

Os seminários são grupos de estudos em que se debate a matéria exposta por cada um dos participantes. Estes eventos são importantes para promover discussões e ampliar os conhecimentos de áreas específicas. Os simpósios são reuniões de cientistas, técnicos e outros profissionais para discussão temática. Os simpósios também apresentam diferentes níveis de alcance e são eventos importantes para discussão de novos conceitos e compartilhamento de informações.

Estes eventos tratam de assuntos específicos e por isso apresentam público alvo bem definidos, principalmente quando se trata de eventos regionais. Os locais de realização destes eventos são sempre locais estratégicos e de fácil acesso. Usualmente eles são realizados em locais onde a sociedade acadêmica e a geral apresentam alta demanda pelo tema proposto. Durante o acontecimento destes eventos há uma aproximação de diferentes elos das cadeias produtivas que geram novos relacionamentos que se caracterizam como oportunidade para novas ideias e negócios. A troca de informações e opiniões de pessoas de diferentes posições da cadeia produtiva possibilita discussão ampla e bilateral dos processos produtivos e comerciais.

O extensionista deve procurar participar destes eventos como forma de obter novos conhecimentos e compartilhar informações. Os eventos regionais que tratam dos problemas de uma determinada região podem auxiliar de forma decisiva o extensionista a enfrentar um problema no meio rural ou conhecer novas tecnologias adaptadas à região.

Dia de Campo

Os dias de campo são eventos que abordam simultaneamente aspectos práticos e teóricos sobre determinado tema. Os dias de campo podem contemplar práticas ou tecnologias e discussão de questões econômicas, sociais, produtivas e ambientais. Estes

eventos possibilitam grande troca de experiências e informações entre produtores e extensionistas.

Os assuntos tratados durante o dia de campo devem ser relacionados às demandas técnicas ou sociais dos produtores atendidos no evento. Esta escolha pautada em demandas dos produtores aumenta o interesse nas discussões e possibilita maiores mudanças nos sistemas produtivos. Além da escolha dos temas, os produtores devem ser envolvidos no planejamento e execução do evento.

Os dias de campo são estruturados em 3 a 5 estações e apresentam entre duas a quatro horas de duração. As estações devem ser organizadas de forma que permita ao participante montar um raciocínio lógico sobre o assunto tratado. A apresentação em cada estação é realizada por um profissional que pode utilizar diversos materiais para melhorar o esclarecimento dos temas. Durante a apresentação deve-se promover ambiente de liberdade e estimular a participação dos participantes. Com a discussão dos problemas enfrentados pelos produtores. Cada grupo deve conter no máximo 20 participantes.

A finalização do dia de campo na última estação deve contemplar discussão global sobre as estações percorridas e sobre o tema abordado. Além disso, a avaliação dos participantes sobre o evento e sobre o tema abordado permite que os organizadores reflitam sobre a forma de abordagem e sobre o alcance da ação.

O extensionista rural pode trabalhar com a promoção de dias de campo para comunidades específicas ou no município todo. Esta metodologia de extensão permite ampliar os resultados do trabalho do extensionista por abordar um grande número de produtores ao mesmo tempo. Além disso, a livre participação e questionamento dos produtores e a abordagem teórica e prática conjuntamente, permite a criação de um ambiente de discussão e criação de novos conhecimentos.

Treino e Visita

Os treinamentos podem abranger assuntos específicos, de forma prática. O aperfeiçoamento e atualização dos técnicos de campo são processos fundamentais para o bom resultado das ações de extensão. Para o treino e visita é fundamental amplo conhecimento sobre o assunto tratado e a vivência do grupo ao longo do processo que se deseja a qualificação.

Este método tem por objetivo o conhecimento de novas tecnologias, manejos, instalações ou processos produtivos. Durante a visita deve-se incentivar a discussão entre o grupo sobre a adequação destas tecnologias aos sistemas produtivos. Os encontros devem se repetir para acompanhamento da tecnologia e discussão de possíveis adaptações e mudanças.

Programas de Rádio e Televisão

A utilização dos meios de comunicação pelo rádio e televisão são uma ferramenta interessante a ser explorada por extensionistas. Estes programas podem potencializar os resultados do trabalho do extensionista que busca a vinculação de informações técnicas como promotoras do desenvolvimento do meio rural e do ser humano. Estes meios de comunicação apresentam alta penetrabilidade social, ou seja, as informações vinculadas por eles atingem grande parte da população. As construções destes programas devem considerar as características do público alvo, o tempo disponível para vincular a informação, linguagem utilizada nos programas e características culturais locais. Esta preocupação em adequar o conteúdo e a forma da mensagem vinculada às características do público alvo objetiva melhorar a interpretação e aceitação da informação vinculada. A utilização de linguagem simples, clara e direta melhora a compreensão das informações por parte dos ouvintes.

O extensionista deve buscar parcerias com o poder público local, universidades e emissoras de rádio e televisão locais para viabilizar a elaboração e publicação destes programas. A Escola de Veterinária da Universidade Federal de Minas Gerais desenvolve projetos de extensão universitária que produzem programas de rádio e televisão que são vinculados à emissoras do interior do estado de Minas Gerais. Os programas Prosa com Pompéu, Na onda da Aquacultura, De Olho nos Bichos e Prosa de Bicho são bons exemplos de programas de rádio e televisão de fácil elaboração e que vinculam informações sobre a medicina veterinária em todo o estado de Minas Gerais.

Tecnologias da Informação

O termo Tecnologia da Informação (TI) é utilizado para designar a utilização de novas tecnologias voltadas para a coleta e gerenciamento de informações. É composta de sistemas operacionais de computadores, softwares, dispositivos eletrônicos de monitoramento e controle, programas de análise de dados e outros aparelhos eletrônicos. O princípio básico da TI é a coleta e a recuperação de informações. O domínio destes recursos computacionais possibilita aos extensionistas e aos produtores a realização de tarefas gerenciais de forma mais rápida e correta. E também a busca de informações.

A democratização do acesso à internet é um processo que facilita o acesso às informações. Artigos científicos (de acesso gratuito), artigos de divulgação, teses de doutorado, dissertações de mestrado e outras publicações podem ser acessados em plataformas virtuais como SCIELO, GOOGLE ACADÊMICO, SCOPUS, ERIC, PORTAL DE PERIÓDICOS DA CAPES, BDTD (Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações), SCIENCE.GOV, ScienceResearch.COM, MEDLINE, BIREME, WEB of SCIENCE, sites de universidades públicas, sites de empresas de pesquisa como a EMBRAPA e a EPAMIG, sites de associação de produtores e sites de empresas de consultoria técnica. O

conhecimento destes sites de busca de informações é uma ferramenta muito útil para os extensionistas se atualizarem.

Conclusão

O desenvolvimento de pesquisas científicas e a construção de informações inovadoras são processos lentos que demandam investimentos. As universidades e empresas de pesquisa públicas brasileiras apresentam papel de destaque no desenvolvimento científico e tecnológico do setor agropecuário nacional.

O percurso das informações entre suas descobertas até sua utilização pela sociedade apresenta etapas e características que dificultam a ampla divulgação e democratização destas informações.

O modelo das pesquisas no Brasil atua direcionando para assuntos relevantes mundialmente, que nem sempre estão ligados a realidade dos sistemas produtivos nacionais.

A divulgação de resultados em publicações em revistas internacionais, publicações em idioma inglês e o alto custo de acesso restringem ainda mais o acesso a estas informações por extensionistas e produtores rurais.

O profissional de ciências agrárias que deseja atuar como extensionista rural, deve constantemente atualizar seus conhecimentos técnicos e seus processos metodológicos. O alcance e sucesso dos resultados obtidos nas ações no meio rural dependem da capacidade do extensionista de lidar com problemas multidisciplinares e buscar novos conhecimentos em novas áreas. Para isso, o extensionista deve conhecer as formas de divulgação científica e de obtenção de novas informações a partir das diferentes fontes de informação.